

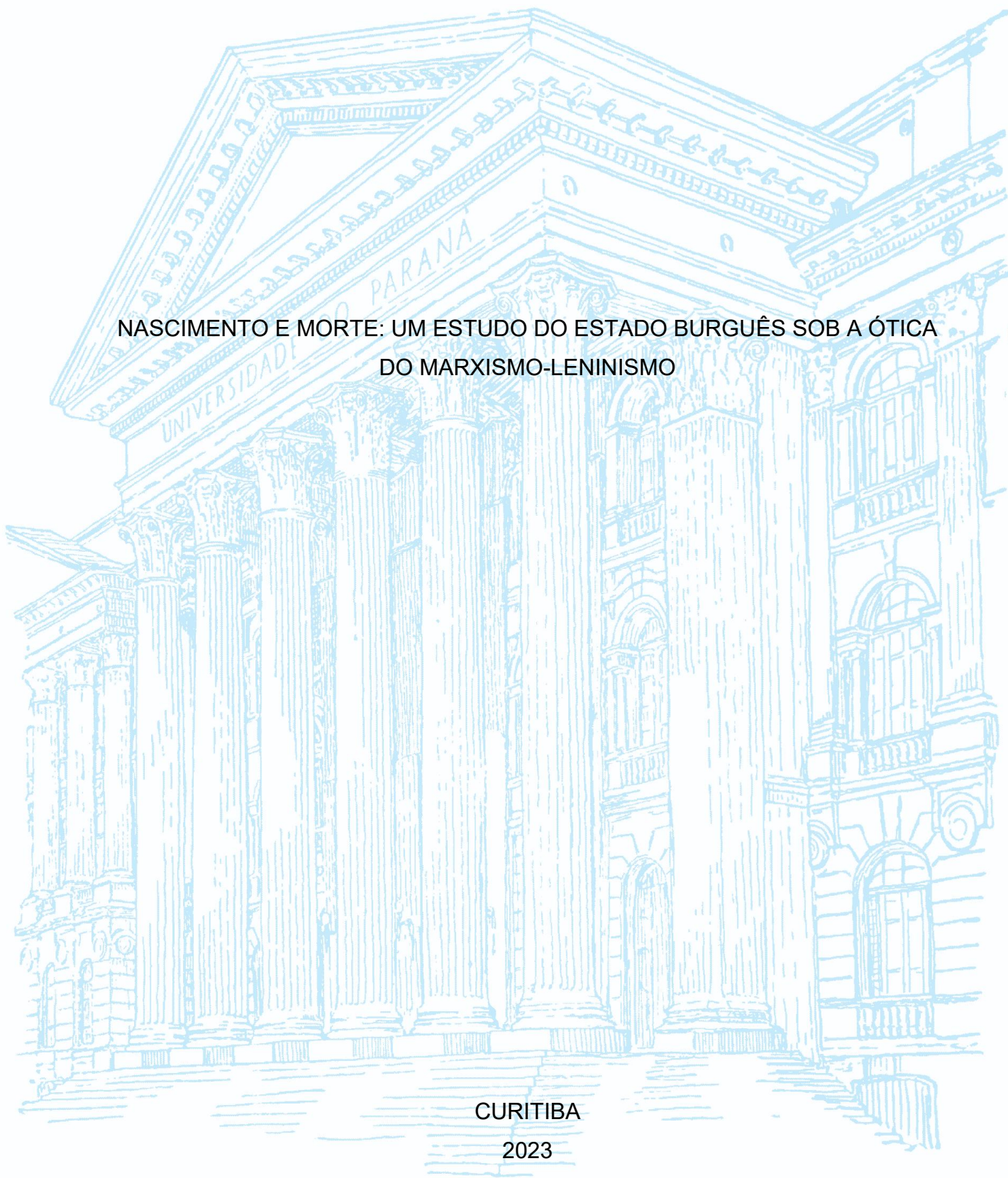
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNO HENRIQUE FUJARRA

NASCIMENTO E MORTE: UM ESTUDO DO ESTADO BURGUÊS SOB A ÓTICA
DO MARXISMO-LENINISMO

CURITIBA

2023



BRUNO HENRIQUE FUJARRA

NASCIMENTO E MORTE: UM ESTUDO DO ESTADO BURGUEÊS SOB A ÓTICA
DO MARXISMO-LENINISMO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Dr^a Dayani Cris de Aquino.

CURITIBA
2023

ERRATA

Parte da bibliografia estudada nesse texto passou por um trabalho editorial antes de ser publicada na íntegra. Por esse motivo, encontram-se passagens cujo texto foi adicionado pelo editor com o uso de colchetes [...]. Para tanto, no presente trabalho o autor preferiu utilizar os parênteses (...) quando parte não fundamental do texto foi ocultada; e as chaves {...} quando da adição de informação complementar feita pelo autor. Informações contidas entre colchetes constam como tal na edição original.

FOLHA DE APROVAÇÃO

BRUNO HENRIQUE FUJARRA

NASCIMENTO E MORTE: UM ESTUDO DO ESTADO BURGUEÊS SOB A ÓTICA
DO MARXISMO-LENINISMO

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel, Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Profª Drª Dayani Cris de Aquino
Orientadora – Departamento de Economia – UFPR

Prof. Dr. Francisco Paulo Cippola
Departamento de Economia – UFPR

Prof. Dr. Pulquério Figueiredo Bittencourt
Departamento de Economia – UFPR

Curitiba, 27 de fevereiro de 2023.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar um resgate teórico e histórico sobre o conceito de Estado burguês-capitalista sob a ótica da teoria marxista-leninista. Para tanto, fez-se necessário uma revisão histórica do surgimento e a invenção do Estado na humanidade, suas características centrais, comuns a todas as formas de Estado existentes durante a história da humanidade, e suas características intrínsecas, específicas ao modo capitalista de produção capitalista. Para a ótica marxista-leninista, o papel central do proletariado em relação ao Estado é a sua destruição, através de uma revolução social violenta, e a fundação de uma nova forma de sociedade: a sociedade comunista. No entanto, como o proletariado deve assumir esse papel? E, uma vez que a força do Estado estiver “domada” sobre as ordens do proletariado, como ocorre essa função de “destruição” desse aparato? A solução para essas perguntas passa por uma análise dos pontos descritos sobre a bibliografia de três autores centrais do marxismo-leninismo: Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Lenin.

Palavras-chave: Estado. Burguesia. Proletariado. Materialismo.

ABSTRACT

The following work has by meaning accomplishing a historical and theoretical rescue about the concept of the capitalist-bourgeois State under the optics of the marxista-leninist theory. To do so, it was made necessary a historical revision on the emergence of the State in humanity, its central characteristics, common to all existing forms of State throughout the history of humankind, as well as its intrinsic characteristics, specific to the capitalist mode of production. To the marxist-leninist optics, the central role of the proletariat regarding the State is its destruction by the means of a violent social Revolution, and the foundation of a new form of Society: the Communist Society. However, how should the proletariat entrust this role? And, once the strength of the State is fully “tamed” under the orders of the proletariat, how does the “destruction” of this apparatus take place? The solution to these questions goes through an analysis of the described points on the bibliography of the three major writers of marxismo-leninism: Karl Marx, Friedrich Engels and Vladimir Lenin.

Key-words: State. Bourgeoisie. Proletariat. Materialism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 FAMÍLIA, GENS E SOCIEDADES SEM ESTADO	11
2.1 FAMÍLIA	13
2.2 GENS	18
2.3 O ESTADO	20
2.4 CARACTERÍSTICAS DO ESTADO SEGUNDO ENGELS	24
3 DO ESTADO ARISTOCRÁTICO-FEUDAL AO ESTADO BURGUEÊS-CAPITALISTA	25
3.1 SOBRE SOCIEDADE CIVIL, FAMÍLIA E ESTADO POLÍTICO	26
3.2 O ESTADO POLÍTICO	28
3.3 O “PERÍODO DE TRANSIÇÃO” POSTO EM QUESTÃO	30
3.4 A BURGUESIA EM ASCENÇÃO, A TRANSIÇÃO FEUDO-CAPITALISTA E A PERSPECTIVA DO ESTADO	32
3.4.1 Perspectiva Histórica (Alemanha)	33
3.4.2 Perspectiva Histórica (França)	34
3.4.2.1 Da Segunda República Francesa ao Segundo Império Francês	37
3.4.2.2 Do Segundo Império Francês à Comuna de Paris	41
3.4.3 A Sociedade Civil, a Burguesia, o Estado e a Guerra de Classes: Inter-relações	45
4 A COMUNA DE PARIS E A TRANSIÇÃO SOCIALISTA	49
4.1 OS ACERTOS / O SUCESSO DA COMUNA	53
4.2 OS ERROS / O FRACASSO DA COMUNA	57
4.3 A TESE LENINISTA	60
4.4 DO CAPITALISMO AO COMUNISMO	66
5 CONCLUSÕES	71
REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

Karl Heinrich Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), ambos filósofos, historiados, jornalistas, políticos e escritores de renome no século XIX, foram os precursores do maior movimento intelectual e de massas já visto na história da humanidade: o comunismo. Os autores, grandes estudiosos de seu tempo, desenvolveram teorias capazes não apenas de compreender a realidade a qual estavam inseridos, mas também de transformá-la. Baseados em uma *leitura crítica* das teorias de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770–1831), dos contratualistas e economistas políticos britânicos (como Adam Smith, John Locke e David Ricardo) e dos socialistas fanceses — chamados por eles de “socialistas utópicos” — (como o Conde de Saint-Simon, François Marie Charles Fourier, Louis Jean Joseph Charles Blanc e Robert Owen¹), K. Marx e F. Engels *fundam*, com seu texto monumental, em 1848, “*O Manifesto do Partido Comunista*”, o *materialismo histórico-dialético*.

Segundo essa nova teoria político-social, que busca romper de vez com o idealismo Hegeliano, o movimento histórico da sociedade não advém, como supõe Hegel, de seu movimento *intelectual*, isto é, *ideal*; mas *sim* de seu movimento *material*, isto é, o movimento da massa de indivíduos conjuntos e coletivos da sociedade. Tal *movimento material* foi então apelidado de “*luta de classes*”². Em oposição à reunião metafísica das classes proposta por Hegel, Marx argumenta que, durante o período da história, é falsa a concepção de que o “*espírito da época*”, isto é, a conjunção das ideias políticas, econômicas e sociais, seja o condutor *per se* da sociedade. Isto porque, para os autores, é falso justamente a ideia de *mobilidade de classes* (!): no caminhar da história, as classes sociais não se intercambiam entre si, mas aquela classe *dominante* mantém seu poder econômico, político e social em detrimento daquela classe *dominada*. Nesse sentido, uma verdadeira mudança social advém não da *razão* de uns *poucos* pensadores dominantes, mas da *revolução* daqueles *muitos* excluídos dominados.

No capitalismo, o *sistema capitalista de produção* é baseado na forma fundamental de seu sistema de *propriedade*: a *propriedade privada*. O ideário dessa forma de propriedade privada está pautado na divisão fundamental da sociedade em

¹ Sendo o último galês, mas influenciado e influenciador do pensamento socialista francês e inglês.

² Embora amplamente atribuído a Marx, o conceito de “luta de classes” pode ser traçado, com as devidas proporções, desde a filosofia grega antiga em autores como Platão em *A República* (PLATÃO, 2017).

duas classes: os *burgueses*, isto é, possuidores dos meios de produção e de circulação da sociedade (*a classe dominante*); e os *proletários*, isto é, aqueles que nada têm a ofertar à sociedade, a não ser sua força de trabalho (*a classe dominada*). De acordo com as relações entre capital e trabalho descritas por Marx em *O Capital* (MARX, 2011; MARX, 2014; MARX, 2017), no capitalismo os meios de produção se estabelecem como *ditadores* do trabalho, em uma relação de dominação capital-trabalho; antes desse sistema, o trabalhador fazia impor seu ritmo e sua vontade sobre os meios de produção. Com o surgimento do capitalismo, da propriedade privada e da mecanização do processo de produção, o trabalhador perde sua qualidade de agente transformador de sua realidade; agora, é a máquina quem controla o ritmo, a forma e força do trabalho. Uma vez que a máquina constitui a principal forma da propriedade privada capitalista, a exteriorização da propriedade privada em meios de produção produz a *subsunção do trabalho ao capital*. O trabalho, portanto, passa a ser apenas uma forma aliada, um cofator essencial de produção do capital. Se a sociedade está dividida entre as classes possuidoras e as classes não-possuidoras, logo seria de se esperar que a classe possuidora *mantivesse*, ou *perpetuasse* seus privilégios como possuidores em detrimento daquelas não possuidoras. Nesse sentido, como poderia haver conciliação e harmonia entre classes que têm seus interesses *diametralmente* opostos? Como poderia haver o diálogo entre a razão e o cacete?

Os comunistas se recusam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder a não ser seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. (MARX e ENGELS, 2010b, p. 69).

“*A derrubada violenta de toda a ordem social existente*” só pode querer dizer *revolução*. Revolução precisamente contra as formas de opressão social de classes advindas da propriedade privada dos meios de produção. No entanto, não basta falar apenas de propriedade privada em si, para Marx e Engels no *Manifesto Comunista*:

Todas as relações de propriedade têm passado por modificações constantes em consequência das contínuas transformações das condições históricas.

A Revolução Francesa, por exemplo, aboliu a propriedade feudal em proveito da propriedade burguesa.

O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa.

(...)

Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria numa única expressão: supressão da propriedade privada. (MARX e ENGELS, 2010b, p. 52).

Ao introduzirem a ideia de *propriedade burguesa*, Marx e Engels encontram nessa *mera forma* um sistema de autoacumulação e manutenção das estruturas de classe que comportam e reproduzem a própria matéria da *propriedade burguesa* (aquilo físico, palpável em si). Essa manutenção segregacionista e taxativa só poderia ser comandada sob a forma de *violência permanente* entre as classes. Essa forma de controle e violência, para a teoria marxista, é o Estado; e, nesse caso, não apenas um Estado qualquer, mas especificamente o *Estado burguês capitalista*.

Para os comunistas marxistas, portanto, a Revolução Social é um movimento de massas proletárias como intuito de suprimir a propriedade privada através da abolição da sociedade de classes. No entanto, para alcançar a abolição da sociedade de classes, os comunistas devem, antes, conquistar uma muralha cujo topo muitas vezes está encoberto por nuvens. O desafio de lidar com o Estado, a forma de violência permanente da qual a classe dominante se utiliza para manter a luta e a repressão de classes, foi e ainda é o grande empecilho entre as revoluções sociais desde a Comuna de Paris³ e da Revolução Russa de 1917⁴. Afinal, quando o proletariado estiver organizado em classe suficientemente forte para produzir a Revolução Social e tomar a direção do Estado, *o que ele deve fazer com esse aparato burocrático-militar cuja função é justamente a manutenção da opressão de classes através da violência?* A resposta dessa pergunta passa, antes, por uma revisão teórica de alguns conceitos.

Primeiramente, devemos compreender o sentido e a existência do Estado. Através do estudo de sua origem histórica, encontrada no texto *A Origem da Família, Da Propriedade Privada e do Estado* (1884) de Friedrich Engels, poderemos

³ A Comuna de Paris (18 de mar. de 1871 – 28 de mai. de 1871) foi uma organização político-social dos operários de Paris, na França, baseada nos princípios do comunismo e do socialismo. “(...) foi a primeira experiência histórica de tomada de poder da classe trabalhadora, cujo significado colocou-a como referencial para as lutas de emancipação social” (RAGO FILHO, 2011, p. 9).

⁴ A Revolução Russa de 1917 ou a Revolução de Outubro de 1917 (não confundir com a Revolução de Fevereiro de 1917), foi uma revolução social liderada pelo operariado dos diversos povos que habitavam o Império Russo contra a aristocracia feudal em declínio e a burguesia industrial em ascensão. Entre as reivindicações dos operários estava o mote “paz, pão e terra” e “todo poder aos soviets” (SERVICE, 2021, caps. 17, 18 e 19)

perceber as condições sócio-político-econômicas da criação dessa estrutura estatal, além de algumas características que permaneceram comuns entre *todas* as formas de Estado na Europa (desde o surgimento do Estado). Depois de estabelecido alguns princípios, poderemos seguir à crítica de Marx a Hegel, que resultou na sua crítica do Estado ideal hegeliano e a introdução do conceito de *Estado Político*⁵ oposto à ideia de “administração das coisas”. Com esses conceitos básicos, é possível adentrar em uma área um tanto obscura da teoria política de Marx: sua *teoria do Estado per se*⁶. As análises políticas e históricas de Marx foram (e ainda são) imprescindíveis para a plena organização do proletariado em classe social e para a Revolução Social. Ainda assim, Marx e Engels seguiram o curso natural da vida humana: faleceram, respectivamente, em 1883 e 1895, deixando um legado intelectual impressionante ao lado de uma obra incompleta.

Ainda assim, não é de lembrança que vive o nome dos dois autores. O movimento comunista é um movimento contínuo de massas contra a opressão do sistema capitalista. É exatamente nessa direção que se encontra Vladimir Ilitch Lenin⁷. O líder da Revolução Russa de 1917, seguindo o caminho dos fundadores do socialismo científico, reuniu, estudou, planejou e implementou na prática as ideologias políticas de Marx e Engels. As contribuições teóricas de Lenin⁸ são tantas que, dentre muitos círculos marxistas, são consideradas como um adendo ao marxismo, chamado de “marxismo-leninismo”, isto é, a leitura de Lenin sobre Marx-Engels.

Fazendo essa leitura, poderemos responder algumas perguntas que concernem à existência e às funções do Estado na sociedade burguesa capitalista e, feito isso, responder à pergunta: *qual é a função do proletariado em relação ao*

⁵ Os tópicos referentes a esse conceito se encontram nos livros *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, e *Manuscritos Econômico-filosóficos*.

⁶ No Capítulo 3 “Do Estado aristocrático-feudal ao Estado burguês-capitalista”, o leitor verá que Marx não teve tempo de terminar suas teorias completas sobre *O Capital*, entre elas uma teoria do Estado. No entanto, Marx deixou uma gigantesca contribuição sobre assunto em alguns textos em que fala sobre a história política e econômica da França entre 1848 e 1871, são eles: *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* e *A Guerra Civil na França*. Nesses textos, o composto de teoria política, história, economia e sociedade demonstram uma capacidade incrível de Marx (e também de Engels) em articular com as diferentes formas de pensamento crítico para a formação de uma “nova ciência”, ou uma “ciência proletária”.

⁷ **Vladimir Ilitch Lenin** (1870–1924), nascido Vladimir Ilitch Ulyanov, foi um filósofo, teórico e político russo. Seguidor e defensor do marxismo, Lenin foi um revolucionário e líder do Partido Trabalhista Social-democrata Russo (Bolchevique) e da Revolução Russa de 1917 (SERVICE, 2021).

⁸ Entre elas, livros como *O Estado e a Revolução*, *Imperialismo, Etapa Superior ao Capitalismo* e *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, além de contribuições práticas quanto a organização do Partido Comunista da União Soviética.

Estado burguês no âmbito da Revolução Social (Proletária)? Em outras palavras: qual é a origem do Estado burguês (seu nascimento) e qual deve ser seu fim (sua morte)?

Para responder essas perguntas, no Capítulo 2 “*Gens, Família e Sociedade sem Estado*” faremos uma revisão histórica do surgimento do Estado *per se* e suas características de acordo com F. Engels. No Capítulo 3 “*Do Estado Aristocrático-feudal ao Estado Burguês-capitalista*”, nos conceitos de “*Estado Político*”, “*modos de produção*” e “*períodos de transição*”, conceitos estes que estão ligados diretamente à perspectiva de transição de *formas de Estado* (mais especificamente aquela forma que nos interessa: o Estado burguês capitalista) descritas em grande parte nos escritos de Marx sobre a história e política francesa de 1848 a 1871⁹. Por fim, no Capítulo 4 “*A Comuna de Paris e a Transição Socialista*”, examinaremos os elogios e as críticas que Marx e Engels fizeram à primeira experiência verdadeiramente socialista, bem como a contribuição de Lenin quanto à teoria do Estado e o papel do proletariado perante a Revolução Social.

Faz-se necessário notar que neste trabalho não será feito um estudo sobre as experiências *práticas* do socialismo científico¹⁰. Tal espécie de estudo incorreria em uma discussão e análise histórica que não se faz cabível em uma monografia. *Portanto, este trabalho se limitará a uma revisão teórica sobre a visão marxista-leninista na questão do nascimento e da morte do Estado Burguês e o papel do proletariado diante desse tema.*

⁹ Isto é, da Revolução de Fevereiro de 1848 à Comuna de Paris de 1871.

¹⁰ Essas experiências ficaram conhecidas entre os círculos marxistas como “Socialismo Real” e incluem, entre outras formas de socialismo, o Socialismo Soviético (marxista-leninista e marxista-leninista-stalinista), o Socialismo com Características Chinesas (marxismo-maoísmo), O Socialismo Juche (Coreia Popular), O Socialismo Africano, O Socialismo Baatista (mundo árabe unido), O Leste Europeu (sob liderança do socialismo soviético) e o Socialismo Latino-americano (sob liderança do socialismo cubano).

2 FAMÍLIA, GENS E SOCIEDADES SEM ESTADO

No livro "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", publicado em 1884, Friedrich Engels realiza um estudo antropológico da história geral da humanidade baseado nos textos do antropólogo estadunidense Lewis H. Morgan. Segundo F. Engels, L. Morgan parte em seu livro "*Ancient Society*", de 1871, de uma análise das tribos originárias da região dos Estados Unidos e das ilhas havaianas e australianas para propor 3 teses sobre a constituição familiar dessas sociedades:

1ª O sistema de parentesco indo-americano estava igualmente em vigor na Ásia e, sob forma ligeiramente modificada, em muitas tribos da África e da Austrália;

2ª que esse sistema tinha a mais completa explicação numa forma de matrimônio por grupos, que se achava em processo de extinção no Havaí e em outras ilhas australianas; e

3ª que nessas mesmas ilhas, simultaneamente a essa forma de matrimônio, existia um sistema de parentesco que só podia ser explicado por uma forma de matrimônio por grupos, ainda mais primitivo, mas hoje desaparecida. (ENGELS, 2010, p. 21-22).

A partir dessas teses centrais e, como é de praxe em praticamente toda a obra de Marx e Engels, fazendo críticas muito acertadas e pontuais sobre o autor, F. Engels começa o ensaio por "recortar" a história, não da humanidade como um todo único e linear, mas dos povos humanos e de suas características mais intrínsecas mesmo em momentos tão distintos da história. O autor divide o desenvolvimento das sociedades humanas em um esquema simplificado: A história é dividida em 3 épocas (selvagem, barbárie e civilização) que por sua vez são, cada qual, divididas em 3 fases (inferior, média e superior)¹¹.

Não daremos muito foco nesse capítulo quanto aos temas "desenvolvimento geral da humanidade" e "família". Isso porque, além do objeto central deste trabalho ser o Estado, caminhar por tais estradas produziria uma série de ramificações que dificultariam a análise final. Para cá, bastaria uma revisão da bibliografia marxiana e

¹¹ É de suma importância destacar que F. Engels, em momento algum, declara que a história e o desenvolvimento das sociedades humanas são lineares no sentido de que todos os povos progridem no mesmo ritmo. Muito menos de que os povos em estágios inferiores em relação a outros devam ser colonizados ou "tutelados" por aqueles outros em estágios superiores. Engels apenas demonstra que, em todos os povos humanos, algumas características de desenvolvimento e descobertas foram comuns. De forma que, considerando as particularidades intrínsecas, possam ser comparados, mas não iguais.

engeliana para estruturarmos os fundamentos daquilo que viria a se chamar "Estado"¹².

Dando prosseguimento, Engels nos dá uma descrição de cada um desses "estágios" incluindo características centrais de seus desenvolvimentos, e.g.:

Estágio Selvagem: formação da linguagem articulada; descobrimento do fogo e invenção do arco e flecha; complexificação da alimentação de frutas e nozes a peixes e animais aquáticos e, depois da invenção do arco e flecha já na fase superior do estágio, a caça se torna normal e costumeira; tecidos, cestos e instrumentos de pedra polida também constituem características do período.

Estágio de Barbárie: inicia, grosseiramente falando, com a invenção da cerâmica e seu traço mais característico é a domesticação de animais e cultivo de plantas (primeiros desenvolvimentos da agricultura); essa fase apresenta uma forte cisão entre o leste (sociedades pré-americanas) e oeste (sociedades asiático-orientais) quanto a agricultura e domesticação animal; o fim do estágio bárbaro inicia com a fundição do minério de ferro em arado e machado de ferro, e termina com a invenção da escrita alfabética e o aumento relativo da população. Neste período, as condições econômicas produzem a primeira divisão social do trabalho: senhores e escravos; homens livres possuidores e homens escravos trabalhadores. Essa foi a primeira cisão da sociedade em classes: exploradores e explorados¹³. A segunda divisão social do trabalho, aquela que separou o artesanato da agricultura, somou-se à diferença entre homens livres e escravos, produzindo uma nova divisão da sociedade em classes: agora entre proprietários e não-proprietários.

Estágio de Civilização: Nos meados da fase média da barbárie, surgem sinais do avanço da civilização. Se na fase superior da barbárie, agricultura e artesanato começam a cindir pela divisã do trabalho, no início da civilização essa cisão já é consolidada. Além disso, aumentam os níveis de todas as outras divisões do trabalho já existentes e se intensifica o processo de subsunção do campo à cidade. Com esse processo de cisão *geográfica* mais acentuado, surge uma classe muito específica, que não se preocupa nem com o trabalho no campo, nem com o trabalho na cidade: são os comerciantes! A classe de comerciantes foi a maior responsável pela clara delimitação entre barbárie e civilização. Tal classe foi a

¹² Para um estudo mais crítico e completo sobre a origem da família e os desenvolvimentos da humanidade, vide: (GANDY, 1980).

¹³ Veremos mais adiante que um dos pressupostos da divisão da sociedade em classe é a existência da propriedade privada.

responsável não apenas por *organizar* a produção, mas por *dominá-la* por completo: a partir de agora, são os comerciantes e suas moedas que definem quem, o que, onde e quanto será produzido. Para Engels:

Sob o pretexto de poupar aos produtores as fadigas e os riscos da troca de produtos, de encontrar saída para os produtos até nos mercados mais distantes, tornando-se assim a classe mais útil da sociedade, forma-se uma classe de aproveitadores, uma classe de verdadeiros parasitas sociais, que, em compensação por seus serviços, na realidade insignificantes, retira a nata da produção nacional e estrangeira, concentra rapidamente em suas mãos riquezas enormes e adquire uma influência social correspondente a estas, ocupando, por isso mesmo, no decurso desse período de civilização, posição de mais e mais destaque, logrando um domínio sempre maior sobre a produção, até gerar um produto próprio: as crises comerciais periódicas. (ENGELS, 2014).

2.1 FAMÍLIA

Pautado nos estudos de Lewis Morgan sobre os *Iroqueses*, sociedades originárias do Estado de Nova Iorque, Engels parte para o estudo do desenvolvimento das relações de família, que não só evoluíram concomitantemente com os estágios de sociedade, como contribuíram ativamente, como veremos, para tal evolução. Marx, posteriormente, acrescenta que a família também constitui um daqueles sistemas ideológicos que governam as sociedades humanas: como religião, filosofia, política e direito.

O momento imediatamente anterior à origem da família foi aquele da invenção do incesto, isso é, relações sexuais promíscuas eram toleradas mesmo entre pais e filhos. O comércio sexual e a relação entre diferentes gerações também eram comuns. Nesta "fase pré-família" não haviam barreiras culturais que impedissem tais relações; nem mesmo o matrimônio era uma instituição conhecida; portanto, não é possível falar em "família", como conhecemos hoje, nesse período. Para Engels em sua leitura de Morgan, quatro formas de família corresponderam aos três estágios de sociedade: A família consanguínea, a família punaluaana, a família sindiásmica e a família monogâmica. Na medida em que o matrimônio por grupos é a exteriorização do estado selvagem, a família sindiásmica é a barbárie e a monogamia, a civilização.

Trataremos de cada uma separadamente a seguir.

Família Consanguínea: Primeira etapa de família que delimita a proibição de relações sexuais recíprocas entre pais e filhos, isto é, a família pode ser traçada e circulada de cima para baixo: bisavós, avós, pais, filhos, netos, bisnetos. O termo "consanguíneo" remete o fato de que, neste estágio, *marido e mulher* são, ao

mesmo tempo, *irmão e irmã*: não há cruzamento genético e de sangue entre duas famílias diferentes. Segundo Engels, a família consanguínea desapareceu completamente com o aumento da população produzido no Estágio de Barbárie (ENGELS, 2014). O fim da família Consanguínea já estava premeditado. Isso porque, biologicamente falando, o cruzamento consanguíneo de seres sexuados tende a produzir doenças genéticas que impedem o desenvolvimento adequado da prole. Na leitura de Engels sobre os estudos de Morgan, as tribos que *limitaram* a reprodução consanguínea tiveram "progresso mais rápido", seguidas as teses da seleção natural darwinista.

Família Punaluana: O nome "punaluana" tem significado cultural das ilhas havaianas e australianas, objetos de estudo de Lewis Morgan. O início da família punaluana se deu pelo aumento relativo da população provocado pela descoberta da agricultura. O aumento relativo das famílias (entre irmãos e irmãs) incentivou outras formas de relação sexual e linhagem genética.

A proibição das relações sexuais entre irmãos e irmãs pela sociedade levou à divisão dos filhos de irmãos e irmãs. (...). Se torna necessária, pela primeira vez, a categoria de sobrinhos e sobrinhas e de primos e primas, o que não teria sentido algum no sistema familiar anterior. (ENGELS, 2014 p. 48).

A partir da proibição de relações consanguíneas, a constituição da família punaluana construiu as bases que sustentariam o matriarcado na forma familiar subsequente (a família sindiásmica). Isso porque, agora, todos os integrantes da família têm por *tronco comum a mãe*, ou seja, a descendência só pode ser traçada *ginecologicamente*. Nessa família, existe a instituição de "matrimônio por grupos", isto é, um grupo de homens tem direito "religioso" de possuir um grupo de mulheres, *mesmo em terras distantes*¹⁴. É a partir da família punaluana que se desenvolve o conceito de gens: "um círculo fechado de parentes consanguíneos por linhas feminina, que não se podem casar uns com os outros" (ENGELS, 2014, p. 36).

Até aqui, a família punaluana ainda permanece como instituição do *modo de produção comunista primitivo*, isto é, aquela forma de sociedade em que os meios de produção são possuídos conjuntamente e os meios de sobrevivência são produzidos e distribuídos coletivamente. Engels, a partir de então, nos mostra como a relação entre família e sociedade se transforma ao longo da história, ao ponto de

¹⁴ Engels dá exemplo sobre a família punaluana que, ao seu tempo, ainda era realidade em tribos aborígenes australianas.

podermos notar que os momentos históricos em que se confrontam as diferentes formas de família, também se confrontam as diferentes formas de sociedade e suas características advindas. Prosseguimos.

Família Sindiásmica: Segundo Engels, a família sindiásmica esteve presente como sistema moral durante a transição do estado selvagem para o estado de barbárie. Sua principal característica foi a proibição do matrimônio consanguíneo e o surgimento da *união por pares*, isto é, a unidade reduzida a “homem e mulher”¹⁵.

À medida (...) que evoluíam os gens e crescia o número de classes de 'irmãos' e 'irmãs', entre os quais agora era impossível o casamento, a união conjugal dos pares, baseado no costume, foi-se consolidando. (ENGELS, 2014, p. 56).

A proibição do casamento consanguíneo e a instituição da união por pares produziram três sintomas muito característicos deste sistema familiar: i) agora, os filhos pertencem exclusivamente à mãe; ii) a miscigenação sanguínea produziu uma raça mais forte tanto física quanto mentalmente; e iii) aqui começa a cultura ao rapto e compra de mulheres, dada a escassez relativa.

Engels também rejeita a tese de que nas sociedades primitivas a mulher foi escrava do homem; segundo ele “a mulher não só é livre, como muito considerada” (ENGEL, 2014, p. 55). Mesmo assim, festas religiosas permitiam a promiscuidade sexual e estupro existente entre o matrimônio por grupos: “em quase todos os povos asiáticos de entre o Mediterrâneo e o Ganges há práticas análogas, disfarçadas de costumes religiosos” (ENGELS, 2014, p. 61). O surgimento dessa primeira forma de matrimônio, a união por pares, *não* pode ser entendido como uma união *monogâmica* de pares (como veremos mais a frente), já que a poligamia e a infidelidade permaneceram como um direito do *homem*, mas não da mulher; pelo contrário, a infidelidade da mulher era rechaçada e severamente punida.

Ao introduzirem-se a criação do gado, a elaboração dos metais, a arte dos tecidos e, por fim, a agricultura, as coisas ganharam outra fisionomia. Principalmente depois que os rebanhos passaram definitivamente à propriedade privada da família, deu-se com a força de trabalho o mesmo que havia sucedido com as mulheres, antes tão fáceis de obter e agora tinham valor de troca e eram compradas. A família não se multiplicava com tanta rapidez quanto o gado. Agora eram necessárias mais pessoas para os cuidados com a criação; podia ser utilizada, para isso, o prisioneiro de

¹⁵ Não confundir a “união por pares” com a “união monogâmica de pares”. A “união por pares” apenas representa o fim da família punaluaana, isto é, homem e mulher de mesmo sangue não podem mais ter relações sexuais/afetivas e nem produzir prole. A união por pares ajuda a estabelecer com uma clareza relativamente maior a *entidade* “mãe”.

guerra que, além do mais, poderia multiplicar-se tal como o gado. (ENGELS, 2014, p. 66).

Esse fato produziu um sistema de *acumulação*, no qual uma família conseguia, ao longo de um mesmo período de tempo, acumularia mais bens materiais do que outra. Na união de pares, como não havia necessidade de se transmitir internamente o produto, já que o nível de acumulação é igual, *grosso modo*, ao nível de consumo, o sistema matricarcal funcionava como uma *fonte provedora*: a mãe divide igualmente o produto com os filhos, na medida em que reconhece estes como *incontestavelmente* seus, independentemente da linhagem do pai.

A família sindiásmica é a fase do estado de barbárie em que surgem os primeiros *indícios* de propriedade privada: a relação senhor/escravo. Concomitantemente com o surgimento da propriedade privada, deu-se a abolição do direito hereditário materno e a substituição pelo *direito hereditário paterno*. Com a consequente acumulação de propriedade, os círculos familiares começam lentamente a se estreitarem; diminui-se o número de parceiros sexuais, tanto do homem quanto da mulher. A consequência disso é o subsequente questionamento da prole em relação à paternidade: afinal, se um é filho de um ou outro pai, este um teria mais ou menos direitos em relação à propriedade deste ou daquele pai. Começa o estreitamento da relação entre homem e mulher. Agora, nem um nem outro tem tantos parceiros sexuais; esse estreitamento se dá até na medida em que a *paternidade* não pode ser questionada: vejamos por uma perspectiva puramente biológica! Uma mulher grávida não tem dúvida alguma de que a prole que carrega é *sua*. Quanto ao pai, não se sabe com absoluta certeza nem mesmo após o nascimento. No intuito de produzir esse estreitamento familiar e a maior concentração de riquezas, tanto a paternidade quanto a maternidade deveriam ser garantidas, indiscutíveis. Isto é, a partir de certo ponto, a linhagem familiar passou a ser traçada de cima para baixo não pelo nome da mulher, mas pelo nome do homem.

É interessante notar que no mesmo momento em que se instituiu a propriedade privada sobre a vida alheia (escavidão), também surgiu a propriedade privada da família, principalmente o gado e a plantação. Ora, se os núcleos familiares das gens eram fechados, como supõe a teoria, um aumento tanto da propriedade de escravos quanto a multiplicação do gado necessariamente produziria,

teoricamente, uma concentração de riquezas nas mãos desta família - e agora cada vez mais centrada no nome do homem, isto é, no *direito hereditário paterno*.

Como os filhos, na qualidade de herdeiros, terão, um dia, a posse da propriedade dos pais, a paternidade deve ser *indiscutível*. Para tanto, desenvolveu-se em algumas sociedades a “monogamia”.

Família Monogâmica: As características centrais da família monogâmica são: a escravidão; o pertencimento (de corpo e alma) tanto da mulher quanto da propriedade ao homem; a monogamia, novamente, apenas para a mulher, mas não para o homem, sendo a infidelidade para aquela completamente proibida e rechaçada; e, talvez o ponto mais crucial de mudança em relação à família sindiásmica, a instituição do casamento como *ato de conveniência*, e não de amor.

Para Engels,

A monogamia não aparece na história (...) como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como uma forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como a proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. (ENGELS, 2014, p. 79).

A principal consequência política do surgimento da monogamia e do matrimônio pela conveniência foi o *completo triunfo* da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva. Segundo Engels, as sociedades que adotaram esse tipo de família como instituição ideológica abandonaram completamente o modo de produção comunista primitivo.

Nesse sentido, a propriedade privada passa a ser a exteriorização máxima do patriarcado como fim definitivo do matriarcado; e o patriarcado funciona como exteriorização máxima da propriedade privada, a causa do poder exclusivo dos homens sobre a família, a propriedade e os povos entre si. Podemos dizer que o patriarcado é a fundação da propriedade privada na sua origem, e vice-versa. A partir da origem, ambos são mutuamente complementares. E uma coisa que é igual a outra coisa, são coisas iguais entre si, portanto:

Propriedade privada = patriarcado.

E

Patriarcado = propriedade privada¹⁶.

¹⁶ "Então é que há de se ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que por sua vez, requer a supressão da família monogâmica como unidade econômica da sociedade." (ENGELS, 2014, p. 90).

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 2014, p. 79).

Esse antagonismo representa, ao mesmo tempo, a derrota do sexo feminino e o triunfo da civilização nascente.

Aqui, na "civilização", rodeada pelo sistema monogâmico de família, encontramos a mesma corrupção da mulher como prostitutas encenando atos religiosos antigos. O casamento burguês, instituição já presente no fim da Idade Média, é apenas mais uma expressão da superestrutura de classe. É de suma importância delimitar, aqui, as estruturas de classe. Quando falamos em civilização, estamos, automaticamente, falando de sistema burguês capitalista em franca ascensão em todos os cantos da Europa ocidental. Porém, como confirma Engels, a família do proletário *não* é monogâmica. A monogamia é uma instituição *da burguesiam, forjada e aprimorada no direito burguês*.

Ao transformar todas as coisas em mercadoria, a produção capitalista destruiu todas as antigas relações tradicionais e substituiu os costumes herdados e os direitos históricos pela compra e venda, pelo "livre" contrato. (ENGELS, 2014, p. 96).

Para Engels, com o fim da propriedade privada, a monogamia tornar-se-á completa, pois haverá o fim da prostituição, isto é, corpo da mulher como *mercadoria*, como condição econômica do amor sexual individual. Sendo assim, a família monogâmica evoluiria para uma forma "superior" de família.

2.2 GENS

Uma vez finalizada essa análise sobre a existência e as transformações do conceito de "família" nas sociedades humanas, daremos a devida atenção ao estudo das "gens" feito por Engels.

gens, gentis, subs. f.

I – Sent. Próprio:

Gente (conjunto de pessoas que *pelos varões* se ligam a um antepassado comum, *varão e livre*). (...)

1) II – Daí, por extensão:

2) Família, descendência raça. (...)

3) Povo, nação (...). (GENS, 1962, p. 426).

Segundo Engels (2014), tanto "gens", do latim, quanto "γένος" (genos), do grego, representam o desígnio de um grupo que se orgulha de constituir uma descendência comum.

Engels parte da análise das gens pelo estudo de Morgan das tribos Iroquesas, originárias do Estado de Nova Iorque nos EUA, além de passar pela gens grega, romana, celta e germana. Segundo Morgan sobre os Iroqueses :

Seus membros são todos indivíduos livres, cada um obrigado a defender a liberdade dos outros, têm os mesmos direitos pessoais; nem os sachem¹⁷ nem os chefes militares pretendem ter qualquer espécie de proeminência formam, no conjunto, uma coletividade fraternal, unida por um vínculo de sangue. Liberdade, igualdade e fraternidade, esses são (...) a base da sociedade indígena organizada. (MORGAN¹⁸, *apud* ENGELS, 2014, p. 100).

Os Iroqueses representam um exemplo muito claro de uma sociedade *organizada* econômica e politicamente *sem a necessidade de um Estado*. Tanto iroqueses quanto gregos, romanos, celtas e germanos, se organizavam politicamente entorno da gens; um número variável de gens formavam *frátrias* (ou *cúrias* entre os romanos) e o conjunto de frátrias, uma tribo. As tribos elegiam um chefe político, que poderia ou não acumular poderes de chefe religioso ou militar, e o sistema de direito era rígido e amplamente aceito (mesmo sem sistema formal de escrita [!!!] como no caso dos iroqueses e celtas).

Percebemos, entre os iroqueses e entre os gregos, o primitivo embrião das famílias nobres, com uma situação especial dentro das gens e o primitivo embrião da chefia militar hereditária e da monarquia (este só entre os gregos). (ENGELS, 2014, p. 129).

As características principais da decadência das gens, notadas por Engels, são: i) O direito paterno, com herança dos haveres pelos filhos; ii) diferenciação na acumulação de riquezas entre as gens; iii) crescimento notável do comércio de escravos impulsionado por esse desequilíbrio de riquezas; e iv) degeneração da velha guerra entre as tribos na busca sistemática por terra, mar, etc.

Resumindo: A riqueza passa a ser valorizada e respeitada como um bem supremo, e as antigas instituições das gens são pervertidas para justificar a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência. Faltava apenas uma

¹⁷ Dirigentes em tempos de paz.

¹⁸ MORGAN, L. **Ancient Society**. Or Reasearches in the Lines of Human Progress from Savagery through Barbarism to Civilization. Marxist Internt Reference Archive, 2004. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/morgan-lewis/ancient-society/index.htm>>. Acesso em 12 dez. 2022.

coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objeto mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada das riquezas –; uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o domínio de a classe possuidora a explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda.

(...) E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado. (ENGELS, 2014, p. 131).

2.3 O ESTADO

Antes mesmo da fundação do Estado ateniense, a gens grega já apresentava um sistema democrático de representação política no mesmo momento em que o matrimônio por grupos começa a ser substituído pelo direito paterno.

A fundação do Estado em Atenas foi, portanto, um *processo material*, e não um fim desejado idealmente (como supõe a filosofia do direito de Hegel). A gênese do Estado ateniense deu-se informalmente pela: substituição dos órgãos de administração gentílica por órgãos *formais*; a instauração da autoridade com *verdadeiros poderes governamentais*; e a *usurpação do povo* pela autoridade do verdadeiro "povo em armas"¹⁹. "A simples confederação de tribos vizinhas foi superada pela fusão de todos em um único povo. Daí nasceu o sistema de leis ateniense popular, mais evoluído que o das tribos e das gens". (ENGELS, 2014, p. 133).

A partir daqui a divisão da sociedade grega em classe não foi apenas *concretizada*, como também *confirmada*. O Estado nascente apenas *confirmou* a usurpação de poder dos "nobres", que se perpetuaram como acumuladores de riqueza desde o advento da família sindiásmica. As classes sociais oficializadas pelo Estado confirmam também a teoria de Engels sobre as duas divisões sociais do trabalho originárias: Os Eupátridas, classe formada por nobres possuidores de terra entre outras formas de riqueza, tinham a garantia de exclusividade do exercício das funções públicas; os Geômoros constituíam a classe de agricultores e camponeses sem posse de terra; e os Demiurgos eram aquela classe de artesãos, em alguns casos pequenos proprietários. Engels não deixa

¹⁹ Como veremos mais adiante, a organização de um exército permanente oposto ao "povo em armas" constitui uma das características principais do Estado burguês capitalista.

explícito se ambas as classes não-possuidoras constituíam, juntas, uma classe trabalhadora. Entretanto, podemos afirmar que tanto Geômoros quanto Demiurgos compartilhavam de bases materiais similarmente suficientes para serem considerados de uma "mesma classe".

Além disso, a *instituição* Estado passa a ser necessariamente uma instituição *territorial*. As gens, livres quanto à ocupação territorial, passam a ser rasgadas ao meio por uma linha imaginária riscada em um mapa. Gregos e Turcos; Romanos e Cartaginenses. Isso implica, por consequência, que qualquer vitória militar sobre uma tribo ou território inimigo significa necessariamente uma incorporação de territórios sobre o comando direto do Estado. Com a glorificação do Estado, vem, por consequência, a aplicação a força do sistema familiar de transição sindiásmico-monogâmico e da propriedade privada da terra. Na comunidade gentílica, "a produção se realizava dentro dos mais estritos limites, mas os que produziam eram donos daquilo que produziam" (ENGELS, 2014, p. 135); gradativamente os produtos passaram a se tornar mercadorias²⁰. A instituição à força da propriedade privada como direito fundamental foi decisiva para a expansão do comércio, da escravidão e da opressão de classes. Agora o produto, produzido majoritariamente por mãos escravas e em menor medida pelo trabalho assalariado – embora este não tenha se tornado amplamente difundido –, não pertence mais àquele que o produz, mas àquele que tem a posse dos meios de produção utilizados nos processos produtivos.

Com a produção de mercadorias, surgiu o culto individual da terra e, em seguida, a propriedade individual do solo. Mais tarde veio o dinheiro (...), mas quando os homens inventaram o dinheiro, não suspeitavam que estavam criando uma força social nova, um poder universal único, diante do qual a sociedade inteira se inclinaria. (ENGELS, 2014, p. 137).

O dinheiro²¹ foi, segundo Engels, um fator de extrema importância para a substituição da economia-política gentílica ateniense pelo Estado. Isso porque, *exatamente*, o sistema monetário era incompatível com o sistema gentílico. "O sistema monetário que se desenvolvia penetrou, como um ácido corrosivo, na vida tradicional das antigas comunidades agrícolas, baseadas na economia natural." (ENGELS, 2014, p. 134).

²⁰ Aqui ainda sob uma forma muito *esporádica*. A forma-mercadoria só se desenvolve plenamente no capitalismo. Até o momento, somente o excedente era comercializado com outras tribos ou com o exterior.

²¹ Também como no caso da mercoria mercadoria, difundido de forma muito esporádica.

Muito similarmente se deu a formação do Estado Romano. A própria existência do Senado romano foi produzida através da organização dos patrícios que queriam assumir o controle da administração e dos cargos públicos. Plebeus e, obviamente, escravos não podiam participar das decisões do Senado. O SPQR²² viria, como sabemos daquilo que a história nos conta, a se transformar, logo ao fim da 3ª Guerra Púnica, em um Estado militar *invasor e conquistador* (BEARD, 2017). As terras invadidas pelos romanos eram saqueadas e seu povo era sujeito à escravidão servil ou à escravidão dos impostos. A dimensão dessa exploração era tanta que, por certo período, o *Senatus Populusque Romanus* aboliu o pagamento de impostos pelos cidadãos da cidade de Roma. O saque de metais preciosos, mercadorias e a cobrança excessiva de impostos sobre as terras invadidas eram mais do que suficiente para manter o funcionamento do Estado e o investimento em obras públicas como a construção de aquedutos, pontes, estradas e templos religiosos (BEARD, 2017). “Todos esses novos súditos [de territórios conquistados] viviam fora das antigas gens, cúrias e tribos e, por conseguinte, não faziam parte do *populus romanus*” (ENGELS, 2014, p. 156).

Engels também dá exemplos de outros povos que, até então, não conheciam a instituição do Estado, tais como os celtas e germanos. Ambas essas gens se encontravam em um nível de civilização inferior. Com pouca ou nenhuma organização militar complexa, ambos os povos foram engolidos pela expansão romana (os celtas invadidos pelo Estado Inglês e os germanos invadidos pelos romanos ao norte). Engels cita que a noção de propriedade privada moderna era incompatível com o sistema gentílico de organização política irlandesa: “Uma propriedade que só tem direitos e não deveres é algo que não entra na cabeça do irlandês” (ENGELS, 2014, p. 163). Quanto à população germanica, à época romana, segundo Engels, somavam 100 mil indivíduos por povo do Reno ao Vístula e ultrapassavam os 6 milhões no princípio da era cristã.

O Estado romano tinha se tornado uma máquina imensa e complicada, destinada exclusivamente à exploração dos súditos; impostos, prestações pessoais ao Estado e gravames de todas as espécies mergulhavam a massa do povo numa pobreza cada vez mais aguda. As extorsões dos

²² Trata-se do nome oficial do Estado romano durante a antiga República Romana. “SPQR” é a abreviação de “*Senatus Populusque Romanus*” (algumas traduções trazem a variação “*Senatus Populus Que Romanus*”) significando “O Senado e o Povo de Roma”. Segundo Mary Beard (BEARD, M. **SPQR: Uma História da Roma Antiga**. Editora Crítica. 1ª Edição. São Paulo: Planeta, 2017), ainda hoje é possível encontrar tampas de bueiros, aquedutos, portas e moedas com a efígie romana por toda a cidade de Roma e arredores.

governadores, dos fiscais e dos soldados reforçavam a opressão, tornando-a insuportável. (ENGELS, 2014, p. 180).

Século V da nova era: o Império Romano torna-se debilitado e piora com o início das invasões bárbaras. A decadência relativa do trabalho escravo não foi substituída pelo trabalho assalariado e a própria população romana migrou para terras bárbaras em busca de proteção militar e política contra os abusos dos funcionários públicos e patrícios, dando início ao período e ao modo de produção conhecido como "feudal".

A primeira coisa que fez o rei franco [já findado o Império Romano], ao se transformar de supremo comandante militar em verdadeiro soberano, foi converter essas propriedades do povo em domínios reais, roubá-las ao povo e dá-las ou concedê-las em feudo às pessoas do seu séquito. (ENGELS, 2014, p. 186).

Engels demonstra que a própria existência da propriedade é uma contradição *com ela mesma*; isto é, a acumulação de riquezas e o surgimento da propriedade privada da terra teve no seu âmago um *roubo*. Um roubo da sociedade gentílica por aquela sociedade nascente baseada na divisão do trabalho e de classes. "O regime gentílico estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que separou a sociedade em classes e foi substituído pelo Estado" (ENGELS, 2014, p. 207).

O Estado não é, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro. Tampouco é a 'realidade da ideia moral' nem a 'imagem e a realidade da razão', como afirma Hegel. É, antes, um produto da sociedade quanto esta chega a um determinado grau de desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. (ENGELS, 2014, p. 208).

O Estado nasceu da necessidade de *conter* (e não *resolver*) os antagonismos de classe. Obedece à política e economicamente à classe dominante. As características econômicas dessa sociedade "civilizada primitiva" se concentram, segundo Engels, na produção de mercadorias através de(a): i) moeda metálica, juros e usura; ii) comerciantes como a classe intermediária entre os produtores; iii) da propriedade privada da terra e da hipoteca; iv) do trabalho como forma predominante na produção; v) fixação da divisão entre campo e cidade e a consequente divisão social do trabalho; vi) instituição do direito de transferência de propriedade intrafamiliar, através dos testamentos, e interfamiliar, através da mercantilização monetária (ENGELS, 2014).

2.4 CARACTERÍSTICAS DO ESTADO SEGUNDO ENGELS

Algumas características intrínsecas a uma sociedade de Estado são:

1) Divisão territorial da sociedade e subsunção da população habitante deste território em súditos do Estado;

2) Instituição de uma força pública caracterizada como "exército permanente" (que já não representa o "povo em armas") como força *política* do Estado representado pelas classes dominantes. Nessa força pública também existem forças armadas, prisões, instituições coercitivas, etc²³.

3) Funcionário públicos (em sua exclusividade, membro da classe dominante) impõem-se acima da sociedade com a consequente formação de um sistema de burocracia; e

4) Surgimento de impostos e dívida pública. Impostos estes cobrados da população em geral (em sua grande maioria dos trabalhadores); e dívida pública aquela vendida aos comerciantes e famílias nobres como sistema de "arrecadação de fundos" do Estado. Por esse motivo, podemos também verificar que a função *econômica* do Estado é sempre garantir a perpetuação da dívida às custas dos trabalhadores (uma transferência de renda constante dos mais pobres aos mais ricos)²⁴.

Para Engels, nos 400 anos após o fim do Império Romano não foi feito avanço algum quanto às forças produtivas²⁵.

Por improdutos que esses 400 anos pareçam ter sido, nem por isso deixaram de produzir um grande resultado: nas nacionalidades modernas, a refundição e a reorganização na Europa ocidental para a história iminente. (ENGELS, 2014, p. 190).

Isto é, o surgimento do capitalismo.

²³ "O Exército permanente e a polícia são os instrumentos fundamentais da força do poder estatal". (LENIN, 2010, p. 29).

²⁴ Logo mais, veremos que essa captura do interesse público pelo sistema monetário privado se perpetuou como sistema de perpetuação da nobreza no poder até a Revolução de Julho, na França. No entanto, veremos que mesmo com o fim do Estado Aristocrático-feudal, essa característica *intrínseca* ao Estado – isto é, a dívida pública – se *manteve* na constituição do novo Estado Capitalista Burguês; desta vez, a aristocracia feudal foi substituída pelo capitalismo monetário e comercial como comprador da dívida (SADER, 1998, cap. 2).

²⁵ Existe uma intensa discussão sobre ciência tecnologia e desenvolvimento produtivo durante a Idade Média. Talvez nessa passagem de Engels estivesse se referindo a *grandes revoluções tecnológicas* nesse período.

3 DO ESTADO ARISTOCRÁTICO-FEUDAL AO ESTADO BURGUÊS-CAPITALISTA

A lacuna deixada por Marx quanto a sua “teoria do Estado”, como demonstrada na introdução deste texto, impediu, de certa forma, o pleno prosseguimento da ação prática que deveria tomar o proletariado, organizado sob o Partido Comunista, em relação ao Estado. Sabemos muito bem, através do texto de Engels (*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*), de onde vem o Estado, *quais* são as suas funções, a sua *existência*, suas formas de atuação. Sabemos também do caráter iminentemente revolucionário atribuído por Marx à classe trabalhadora no capitalismo e as pistas deixadas por esses autores sobre a questão de o que fazer, uma vez instaurada a Revolução Proletária-socialista, com o aparato do Estado? Marx, falecido em 1883, deixou sua principal obra, O Capital, incompleta. Do seu esquema original, produzido entre 1861 e 1863, que compunha um compêndio de seis livros, (sendo um livro sobre o capital, um sobre a propriedade fundiária, um sobre o trabalho assalariado, um sobre o Estado, um sobre o comércio exterior e um sobre o mercado mundial) apenas três foram efetivamente publicados, tratando de assuntos mistos que englobaram capital, trabalho assalariado e comércio exterior (o Livro I, O Processo de Produção do Capital; o Livro 2, O Processo de Circulação do Capital; e Livro 3, O Processo Global de Produção Capitalista). Não obstante, Marx e Engels não deixaram de dar sua contribuição à crítica do Estado e propor sua solução para a sociedade comunista. É possível encontrar passagens que tratam desse tema permeadas por praticamente todas as obras marxianas, com ênfase em algumas de cunho mais *histórico e político*, tais como *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, *O Manifesto do Partido Comunista*, *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*, *Manuscritos Econômico-filosóficos*, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, além do próprio *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. O incrível trabalho de edição do material deixado por Marx e Engels (tais como manuscritos, cartas, anotações e livros/compêndios não publicados), reunidos em mais de 114 volumes na antiga República Democrática Alemã e publicados em 1975²⁶, nos possibilita

²⁶ Trata-se da *Marx-Engels Gesamtausgabe* ou *MEGA*, uma reunião de todas as obras e escritos dos autores publicada pelo Instituto do Marxismo-Leninismo do *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands* em Berlim em 1975.

uma intensa revisão das ideias de Marx e Engels e os caminhos que seus pensamentos seguiam quanto aos mais diversos assuntos, entre eles, o Estado.

Neste capítulo, faremos, portanto, uma singela revisão de tópicos que concernem principalmente a crítica de Marx a Hegel e à sua filosofia do direito em geral, e as análises políticas de Marx sobre a história social e política do Estado mais vibrante e importante na Europa naquele momento: A França. Através dessa revisão, será então possível produzir um “conteúdo unificado” que permeia a existência do Estado e sua drástica e violenta modificação durante o período de maior relevância da história do capital na França até então (isto é, até a publicação d’*A Origem...* em 1884): a transição feudo-capitalista.

A partir de um estudo histórico e político sobre a transição do *modelo de Estado*, isto é, da transição de uma *forma de Estado aristocrático-feudal* cuja classe dominante, notadamente a aristocracia, garantia a manutenção do modo de produção feudal, para uma *forma de Estado burguês-capitalista* cuja classe dominante, notadamente a burguesia, garante a manutenção e o desenvolvimento do capitalismo, é possível compreender e enquadrar aquelas características dispostas por Engels quanto à existência do Estado e os desenvolvimentos político-econômicos que culminaram na primeira experiência verdadeiramente socialista: a Comuna de Paris.

3.1 SOBRE SOCIEDADE CIVIL, FAMÍLIA E ESTADO POLÍTICO

À época de escrita da "*Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*" (1843), Marx lutava em favor da liberdade de imprensa e contra o Estado monárquico prussiano. A "*Crítica da Filosofia...*" Representou, no pensamento marxiano, um amadurecimento sobre a concepção do Estado que teve seu ápice do "Manifesto Comunista" (1848). "Marx, nesse período, era influenciado diretamente pela leitura de Espinosa e Rousseau, o que lhe conduziu a defender a democracia direta, ampla e efetiva contra a monarquia constitucional." (MOURA, 2016, p. 30). Esse período (1843 – 1848) representa, para Marx e Engels, o rompimento definitivo com a esquerda hegeliana e com o próprio Hegel; textos como os "*Manuscritos Econômico-filosóficos*", "*A Sagrada Família*", e a "*Ideologia Alemã*" representam os primeiros incursos socialistas dos autores e, principalmente, a alocação do proletariado no papel central na transformação da sociedade como "classe revolucionária". Essa

"incursão" definitiva ao socialismo foi impulsionada também pelo movimento operário francês e inglês e os levantes dos tecelões na Silésia²⁷. "Para [György] Lukács, [Michael] Lowy e [José] Chasin, a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* foi o divisor de águas entre o 'jovem Marx' e o 'Marx maduro'" (MOURA, 2016, p. 31).

Para Hegel, a origem do Estado difere daquela apresentada por Engels e Marx. Naquele, "o Estado é formado a partir de uma inteligência humana coletiva superior que se objetiva na forma Estatal" (MOURA, 2016, p. 31).

O ponto de partida *histórico-universal total* e, simultaneamente, *classista*, já contido nos *Princípios {do Comunismo}* e desenvolvido no *Manifesto {Comunista}*, permitiu a Marx e Engels superar a filosofia da qual eram ambos tributários (o hegelianismo) na questão-chave do *Estado*, que Hegel ainda via sob uma forma abstrata e, ao mesmo tempo, localista (alemã): "Uma multidão de seres humanos somente pode ser chamada Estado se estiver unida para a defesa comum da totalidade (*Gesamtheit*) de (aquilo que é) sua prioridade [...] Para que uma multidão constitua um Estado é necessário que organize uma defesa e uma autoridade política comum". (HEGEL²⁸ apud. COGGIOLA, O. 2010, p. 27)

Em Hegel, o Estado, nesse sentido, é o ponto de partida, a *hipótese* da sociedade civil e da família. Para Hegel, o Estado existe para *justificar* a forma como sociedade civil e família interagem entre si. No mesmo sentido, concorda com a tese hobbesiana do "egoísmo natural" do ser humano. O egoísmo determinado pelo "estado de natureza" pressuporia a existência do Estado. "É como se sociedade e famílias estivessem em dependência eterna com o Estado, pois só podem existir plenamente por meio dele" (MOURA, 2016, p. 39). A tese do egoísmo natural viria, mais tarde, a ser revista por A. Smith para a formulação da sua teoria da divisão do trabalho²⁹. "Nesta perspectiva, a divisão do trabalho em busca de maior facilidade na produção (...) é que produz a coesão social" (MOURA, 2016, p. 31), e, daí a *necessidade* do Estado em produzir essa "coesão social". Ora, vimos anteriormente que o surgimento da propriedade privada e da família monogâmica, instituições, por sua vez, responsáveis pela própria existência do Estado, pressupõem a *cisão* da sociedade civil e da família, juntas, *em classes*. Portanto, estando cindidas a sociedade civil e a família em classes diametralmente opostas, como *poderia* o

²⁷ *Para Michael Lowy, "A rebelião dos tecelões [da Silésia] parece confirmar as intuições de Marx em seu artigo sobre a filosofia do direito de Hegel" (LOWY, 2010).

²⁸ HEGEL, G. W. F. **La Constitución de Alemania**. Madri: Aguilar, 1972, p. 22-23.

²⁹ "Não é a benevolência do açougueiro ou padeiro que esperamos nosso jantar, mas de sua preocupação por seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas ao seu amor amor-próprio, e nunca lhes falamos de nossas necessidades, mas das vantagens deles. Ninguém, senão um pedinte, escolhe depender principalmente da generosidade de seus concidadãos, e nem mesmo o mendigo depende dela inteiramente. (...)." (SMITH, 2017).

Estado, na sua função de subserviente à classe dominante, servir a essa "coesão social" proposta por Hegel? O Estado é "a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar" (ENGELS, 2014, p. 208).

Hegel "compreende que apenas com a existência do Estado é que tornou possível às famílias, corporações e sociedade civil burguesa existirem em sua plenitude" (MOURA, 2016, p. 31). Marx, ao contrário de Hegel, dirá que a sociedade civil e a família *são os pressupostos* do Estado como função de sua existência, exatamente porque o Estado é a externalização máxima da divisão de classes da sociedade o que cinde justamente a família e a sociedade civil, as quais Hegel prega serem o fundamento do Estado. A família e a sociedade civil, cindidas em classes sociais, pressupõe a existência do Estado. Nesse sentido, Marx critica Hegel com a *inversão* do predicado-sujeito quanto à falsa oposição "família e sociedade civil" e "Estado". Agora, "Estado" não é mais a justificação de "sociedade civil e família"; senão "sociedade civil e família" é a justificação do "Estado".

Marx, opondo-se a Hegel, tomou como centralidade a perspectiva segundo a qual não era o Estado a base da sociedade civil, mas sim que a sociedade civil é que é a base do Estado, podendo então determiná-lo. (MOURA, 2016, p. 31).

Pelas palavras do próprio Marx: "A razão do Estado nada tem a ver, portanto, com a divisão da matéria do Estado em família e sociedade civil. O Estado provém delas de um modo inconsciente e arbitrário" (MARX, 2013, p. 35).

3.2 O ESTADO POLÍTICO

Uma vez estabelecido o princípio das trocas equivalentes como "universais", a sociedade burguesa nascente fez-se abstrair os conceitos de "igualdade" e "liberdade" em uma "perspectiva da troca": "É apenas na troca que o capital e a mercadoria existem como tais; é pela troca que os indivíduos, enquanto portadores de mercadorias, ganham dimensão social." (SADER, 1998, p. 32)

Portanto, para Marx, os conceitos de liberdade e igualdade no capitalismo carregam um caráter *profundamente ideológico*. Sader ainda argumenta que o caráter "político" de um modo de produção de forma alguma está desvinculado da existência social e do meio econômico da sociedade. Mas apenas que o caráter "político" da sociedade no capitalismo está viesado e cindido do povo através do

"Estado político" em oposição à "administração das coisas", isto é, as superestruturas conjuntas de Estado que garantem, de caráter repressivo e violento, o *monopólio da força*, do *direito burguês*, a *divisão da sociedade em classes* e do direito de propriedade individual³⁰. Assim, na *"Crítica da Filosofia do Direito de Hegel"*, (...) Marx investe contra a existência do Estado político que aliena a participação direta das massas impondo-lhe a condição de *Estado não-político*" (MOURA, 2016, p. 31).

Hegel ainda vê na figura no monarca³¹, a efetivação da Ideia corporificada; máxima racionalidade humana; o saber absoluto; o sujeito social. Hegel *transforma* a Ideia em ser. O conceito de Estado, dado como universal, se *transforma* em universal.

Através de uma inversão da lógica hegeliana, Marx nos mostra que família e sociedade civil não são fundadas pelo Estado; ao invés "o Estado deriva da organização social-política humana" (MOURA, 2016, p. 40). Logo, o fim do Estado político não levaria ao rompimento social em egoísmo (a contradição imediata da racionalidade absoluta), mas a "uma forma de democracia direta, onde se elimina a alienação política do Estado não-político (multidão), operada pela concentração de poder no *Estado político*" {grifo do autor} (MOURA, 2016, p. 41).

O Estado existe *somente* como *Estado político*. A totalidade do Estado político é o *poder legislativo*. Tomar parte no poder legislativo é, por isso, tomar parte no Estado político, manifestar e realizar sua *existência* como *membro do Estado político*, como *membro do Estado*. (MARX, 2013, p. 138)

O Estado, portanto, a existência desse "Estado político", como expressão máxima da divisão da sociedade em classes, funciona como mero *instrumento de opressão* na mesma medida em que segrega as classes sociais entre possuidoras e

³⁰ Exemplo: As condições econômicas de divisão da sociedade entre *proprietários dos meios de produção* e *vendedores de sua própria força de trabalho* necessita de condições político-sociais que caracterizem essas duas classes como "livres e iguais" situando-as como "cidadãos" (*Bürger*, isto é, "burguês" ou "civil", do alemão). Os princípios de "liberdade" e "igualdade" protagonizado pela perspectiva da troca serão, posteriormente, sancionados pelo *sufrágio universal* um conceito que dá poder "*democrático*" igualitário a todos os "cidadãos" *sem* considerar o papel central de cada classe no processo produtivo e distributivo da sociedade. Para Lênin (*O Estado e a Revolução*), como veremos mais adiante, o sufrágio universal serviu apenas como instrumento de dominação da classe dominante sobre um proletariado relativamente maduro.

³¹ "O Estado político, para Hegel, divide-se em poder legislativo, poder governamental e, seu poder máximo, o poder do monarca com sua constituição. O soberano é sempre a última decisão do querer, pois seu querer, enquanto expressão do universal, tem o poder de sobrepor-se a qualquer outro querer" (MOURA, 2016, p. 45).

não-possuidoras. “As relações políticas são então as que autenticamente têm o papel de organizar os indivíduos na sua existência social³²” (SADER, 1998, p. 41).

E na medida em que a separação da sociedade em classes é a exteriorização da existência do Estado político, o próprio domínio de classes impede que as classes oprimidas tenham acesso ao Estado político, excluindo-as de qualquer forma de representação política necessária para a sobrevivência e o pleno desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de vida da sociedade como um todo.

Ambos, Estado e política, decorrem da divisão da sociedade em classes, uma das quais se sobrepõe às outras e o Estado é um instrumento dessa opressão - é uma forma que se aliena na Filosofia do Direito ao ocultar a divisão de classes e a opressão e se afirmar como sendo garantia da liberdade de todos quando, de fato, garante a liberdade de alguns em detrimento da liberdade da maioria. (MOURA, 2022, p. 3).

Marx e Engels demonstram n’*“A Ideologia Alemã”* que os critérios concernentes ao modo de produção de um determinado momento histórico caracterizam seus níveis de superestrutura, isto é, político, jurídico, ideológico e religioso. Sader, na expectativa de encontrar o sentido do “Estado Político” em Marx, faz um apelo à análise das condições político-econômicas do *período de transição* entre o feudalismo e o capitalismo, um período que constitui a *transição* entre duas formas diferentes de sistemas de produção (feudal e capitalista) e duas formas diferentes de Estado (aristocrático e burguês).

3.3 O “PERÍODO DE TRANSIÇÃO” POSTO EM QUESTÃO

Como notado anteriormente, o grande ponto de inflexão para o “amadurecimento” do pensamento conjunto de Marx e Engels pode ser encontrado n’*“A Ideologia Alemã”*. Sem entrarmos em uma discussão específica sobre o papel fundamental desse livro para o pensamento marxista, cabe destacar um conceito central desenvolvido pelos autores: o conceito de *modo de produção*.

De forma muito resumida, porém assertiva, Gandy (1980) em seu livro “Marx e a História da Sociedade Primitiva ao Futuro Comunista” descreve o termo como: “A maneira como os homens produzem (...) é a maneira como se agrupam e utilizam

³² “(...) Além disso, a intervenção do político era essencial para a apropriação do lucro comercial, que se valia de mecanismos de violência” (SADER, 1998, p. 41).

as forças produtivas no processo de trabalho. (...) é a maneira de trabalhar ou produzir (...)” (GANDY, 1980, p. 138).

Modo de produção é o sistema socioeconômico que rege as relações de produção e, conseqüentemente, distribuição, acumulação, apropriação, etc. E, na medida em que muda a sociedade, muda também suas próprias relações de produção. Não satisfeito, Marx argumenta que somente o modo de produção não é suficiente para dirigir a sociedade para um sentido ou fim. Para tanto, além de estabelecer as bases materiais de produção, o modo de produção impõe sobre a sociedade a *superestrutura política*:

Todo complexo de instituições do Estado abrangendo os vários setores do governo: 1) exércitos, polícia, juízes, estatutos, tribunais, prisões; 2) reis, presidentes, ministérios, senados, burocracias. Por toda história, afirmam Marx e Engels, o Estado tem tido funções sociais e repressivas. (GANDY, 1980, p. 143).

Esse aparato político (super)estruturado do Estado lhe dá idoneidade para produzir exatamente aquelas características inerentes à sua existência: a cisão da sociedade em classes, o monopólio da força, as instituições jurídicas (incluindo o sistema de direitos de propriedade), políticas, religiosas e filosóficas. Partindo do pressuposto de que o Estado é o produto do antagonismo irreconciliável das classes e de que uma dessas classes é a classe dominante e, portanto, a classe responsável pelo controle dele, "a classe [dominante] utiliza o Estado para armar e manter essa superestrutura" (GANDY, 1980, p. 143).

Aliando o conceito de modo de produção e de superestrutura política, podemos realizar um "diagnóstico" histórico-antropológico de quaisquer formas de sociedade e de organização de produção que existiram na humanidade. Desde a existência histórica do Estado, muitas das características citadas por Engels n'A Origem da Família... e por Lênin n'"O Estado e a Revolução" se mantiveram com certa constância. Ainda assim, Marx argumenta que além do Estado poder assumir diferentes formas dado uma mesma classe dominante³³, "vez por outra o Estado alcança independência relativa. Isso acontece em *épocas de transição*, quando duas classes lutam pelo domínio, mas nenhuma das duas é bastante forte para governar". (GANDY, 1980, p. 143.)

³³ E.g. características diversas de dois Estado imperialistas, tais como os EUA (republicano) e a Inglaterra (monarquista).

Esses dois pontos³⁴ são, para Marx, a justificativa da diferenciação relativa entre, por exemplo, o absolutismo, o bonapartismo e o bismarckismo na Europa entre o terceiro quartil do século XVIII e o terceiro quartil do século XIX.

O poder estatal centralizado, com seus órgãos onipresentes, com seu exército, polícia, burocracia, clero e magistratura permanentes – órgãos traçados segundo um plano de divisão sistemática e hierárquica do trabalho –, data dos tempos da Monarquia absoluta [na França], quando serviu à nascente sociedade da classe média como uma arma poderosa em suas lutas para emancipar-se do feudalismo. A Revolução Francesa do século XVIII varreu todo esse lixo dos privilégios senhoriais, locais, municipais, limpando assim o solo social dos últimos obstáculos que se erguiam até a superestrutura final do Estado. (MARX, 2011a, p. 182).

Marx exemplifica essa questão posta sobre as “épocas de transição” nesse trecho citado de “*A Guerra Civil na França*”. A transição da *forma política de Estado* aristocrática-feudal para a *forma política de Estado* burguesa-capitalista se deu necessariamente (pelo menos no que Marx nos mostra sobre a França) por meio de uma *revolução violenta*. Nesse caso, fica claro que a Primeira Revolução Francesa³⁵ não tinha o objetivo de “destruir” a forma política do Estado francês anterior, mas precisamente de *remoldá-la, aprimorá-la*. Agora, “o poder estatal centralizado, com seus órgãos onipresentes, com seu exército, polícia, burocracia, clero e magistratura permanentes (...)” (MARX, 2011a, p. 182) deveria servir *não* para a manutenção dos privilégios da classe aristocrática, mas à *nascente*³⁶ classe burguesa associada à sua nascente superestrutura, por sua vez, produzida pelas novas relações materiais de produção. Isto é: o capitalismo.

3.4 A BURGUESIA EM ASCENÇÃO, A TRANSIÇÃO FEUDO-CAPITALISTA E A PERSPECTIVA DO ESTADO

O capitalismo, fundado nas relações de troca, foi instalado como sistema político-econômico fundamental através daquilo que Marx chamou de “acumulação primitiva de capital”: essas relações de troca são, na verdade, “formas de apropriação não-econômicas” (SADER, 1998, p. 58) (ou não-naturais, fundadas no

³⁴ 1) Um Estado pode assumir diferentes formas dada uma mesma classe dominante; e 2) Um Estado pode adquirir independência relativa em relação a sua classe dominante caso essa esteja impossibilitada de governar.

³⁵ “A Primeira Revolução Francesa, com sua tarefa de conferir pleno alcance ao livre desenvolvimento da moderna sociedade da classe média, teve de eliminar todos os bastiões locais, territoriais, municipais e provinciais do feudalismo, preparando o solo social para a superestrutura de um poder estatal centralizado, com órgãos onipresentes ramificados segundo o plano de divisão do trabalho sistemática e hierárquica.” (MARX, 2011a, p. 169)

³⁶ Nascente, isto é, como veremos a seguir, *em formação*.

princípio liberal da livre-troca e do livre-comércio) que se alicerçam na sociedade política liderada pela *forma* do Estado. Como demonstra E. Sader, instaladas as condições de produção e reprodução do sistema capitalista, a forma política perde sua necessidade de intervir.

A centralização do Estado cria as condições de unificação da estrutura social que as relações capitalistas requerem. Sua intervenção posterior dependerá das condições de reprodução daquelas relações, o que é função do grau de desenvolvimento da estrutura econômica de cada país e, antes disso, da realização das condições de acumulação primitiva. (SADER, 1998, p. 59).

O capitalismo, como sistema político-econômico deve se alicerçar nessa “forma política específica de Estado” (o Estado burguês-capitalista) para garantir a sua produção e autorreprodução; para tal sistema, não cabe, portanto, a forma política de Estado da velha sociedade, neste caso o sistema feudal, há a necessidade iminente de algo *novo*, alguma forma política que, além de garantir a perpetuação da luta de classes (ou seja, a existência do Estado em si mesmo), garante também o domínio total do Estado pela *nova classe dominante* em detrimento da antiga.

Como explicitado anteriormente, para desvendar esse “esquema” de transição entre sistemas político-econômicos (em que a fragilidade relativa do Estado se dá pelo fato de duas ou mais classes opostas lutam pelo domínio do poder, mas ainda estão muito fragilizadas para governar *de facto*), Marx trata da análise política e histórica do surgimento do capitalismo europeu, que surgiu primeiro na Inglaterra³⁷ e, posteriormente, na Alemanha e na França.

3.4.1 Perspectiva Histórica (Alemanha)

Enquanto a França produzia uma Revolução Republicana, na atrasada Alemanha a burguesia ainda lutava contra a aristocracia feudal. Os conflitos de classes que culminaram no Estado burguês alemão foram produzidos pela conciliação da nobreza rural e da burguesia capitalista emergente.

³⁷ O sistema capitalista, surgido da Inglaterra, foi amplamente discutido por Marx sem sua *Magnum opus*, *O Capital* (v.1 1867; v.2 1885; v.3 1894). Porém, a extensão de seu texto e conteúdo político, econômico e histórico nos impede de tratar do exemplo inglês no presente texto. O mesmo pode ser dito sobre o caso alemão, considerando que optou-se pelo estudo do caso francês dado a maior disponibilidade de material teórico.

As relações capitalistas na Alemanha, embora tardiamente produzidas (enquanto nos países do capitalismo central o estabelecimento do caminho para emergir a classe burguesa foi produzido pelas monarquias constitucionais), já estavam consolidadas. No entanto, para E. Sader, uma das principais características da política e do Estado alemão estavam na transição lenta do sistema colonial ao sistema capitalista e à crítica da democracia liberal. Isso impediu "uma burguesia (ascendente) em condições de se apropriar do Estado *hegemonicamente*" {grifo do autor} (SADER, 1998, p. 60).

E. Sader se apoia na teoria social do filósofo húngaro György Lukács para justificar o maior interesse de Marx no fenômeno do "Bonapartismo" em detrimento do "Bismarckismo":

Em aparência, a Alemanha assemelha-se à França no seu desenvolvimento político. Mas apenas em aparência. Porque na França o bonapartismo representa um recuo reacionário possibilitado pela derrota do proletariado nas Jornadas de Julho e que terminará na catástrofe donde surgirá a gloriosa Comuna de Paris. (LUKÁCS³⁸ *apud*. SADER, 1998, p. 60)

Porque o bonapartismo representa um fenômeno mais avançado historicamente do que o bismarquismo, já que se produz diretamente sob a ameaça de uma revolução social, enquanto este se dá como forma política de transição da Idade Média e o mundo moderno³⁹. (SADER, 1998, p. 60).

Por esse motivo, Marx deu maior atenção ao desenvolvimento da burguesia *como classe* na *França*, que para sua avaliação apresentava mais material político e histórico a ser analisado.

3.4.2 Perspectiva Histórica (França)

Se fizéssemos um estudo aprofundado na obra histórica marxiana sobre os dois países, veríamos que o texto histórico sobre a Alemanha é significativamente menos extenso (mas não por isso menos importante) quanto aquele sobre a França. Os motivos certamente são vários e com certeza envolvem o fato de Marx ter sido

³⁸ LUKÁCS, G. **El Asalto a la Razón**. México: Fondo de Cultura Economica, 1959, p. 35.

³⁹ A Alemanha, um país relativamente atrasado em relação à França, não tardaria a se utilizar daqueles mesmos aparatos de Estado característico do bonapartismo: "Pois não ocorreu exatamente aquilo que dizia a primeira mensagem [do Conselho Geral sobre a Guerra Franco-prussiana]: que, caso a guerra de defesa da Alemanha contra Luís Bonaparte degenerasse em uma guerra de conquista contra o povo francês, todas as desgraças que se abateram sobre a Alemanha após as assim chamadas guerras de libertação renasceriam com uma renovada virulência? Não tivemos mais vinte anos de governo de Bismarck, que no lugar das perseguições aos demagogos instaurou a lei de exceção e a caça aos socialistas, com o mesmo arbítrio policial, com exatamente a mesma horripilante interpretação das leis?" (ENGELS, 2011, p. 187). Esse texto foi publicado em 1891, posteriormente à publicação de "*A Guerra Civil na França*" em 1872.

exilado político alemão na França e Inglaterra durante parte de sua vida. É possível encontrar uma vasta produção de obras relacionadas à Alemanha, tais como “*A Sagrada Família*” (MARX e ENGELS, 2003), “*A Ideologia Alemã*” (MARX e ENGELS, 2007) e “*Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*” (MARX, 2013). Quanto à França, podemos encontrar teoria histórica e política em textos como, “*As Luta de Classes Na França de 1848 a 1850*” (MARX, 2012) “*O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*” (MARX, 2011c) e *A Guerra Civil na França* (MARX, 2011a).

Como sabemos, o surgimento do capitalismo na Inglaterra, impulsionado pela assim chamada “acumulação primitiva”, rapidamente contaminou outros cantos da Europa. Na França, o nascimento e posterior organização da classe burguesa produziu um movimento de massas, apoiado em grande medida pela classe trabalhadora, que questionou os privilégios aristocráticos e hereditários feudais. A posição absolutista de Luís XVI como “*l'État c'est moi*”⁴⁰ decaiu severamente devido ao aumento da pobreza, da fome e da peste na França, dando relativa independência ao Estado que viria, em 1793, a ser completamente tomado pelas forças revolucionárias após a decapitação do rei.

O Estado, na sua acepção moderna {isto é, burguesa}, surgiu ao tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar. Os privilégios senhoriais dos senhores da terra e das cidades transformaram-se em outros tantos atributos do poder do Estado, os dignatários feudais em funcionários pagos e o variegado mapa dos poderes absolutos medievais em conflito entre si, no plano regular de um poder estatal cuja tarefa está dividida e centralizada como uma fábrica. (MARX, 2011c).

Como resultado da Revolução, a fundação da Primeira República Francesa foi de vida curta. A corrupção do Estado fraco, crises fiscais e de pagamentos e as guerras contra a Áustria pelo controle do Norte da Itália e contra a Inglaterra pelo Egito, levaram ao poder (através de um golpe de Estado⁴¹) o general corso Napoleone Buonaparte, como primeiro-cônsul da França e posteriormente como Imperador da França.

Deu-se aí, o período conhecido como “Período Napoleônico” ou “Guerras Napoleônicas”, que teriam fim somente em 1815 com a grande derrota de Napoleão

⁴⁰ “*L'État c'est moi*”: “o Estado sou eu”, mote do “Rei Sol”, Luís XIV, que representa, na sua maior simplicidade frasal, o auge do absolutismo francês no século XV.

⁴¹ Trata-se do Golpe do 18 de Brumário, que substituiu o Diretório da Revolução pelo sistema tri-cônsule em 9 de novembro de 1799. Na prática, Napoleone Buonaparte (que viciara seu nome pela versão mais “francesa” de “Napoléon Bonaparte”) tornou-se ditador militar da França e, em 1804, coroou a si mesmo Imperador de todos os Franceses (ZAMOYSKI, 2017).

para o exército inglês na Batalha de Waterloo e os acordos assinados pelo Congresso de Viena de 1815.

O período de 1814-1830 foi apelidado na história da França como "Restauração Bourbon", quando a Casa de Bourbon retomou o poder monárquico e reestabeleceu o absolutismo reinante dos últimos 4 séculos. A temporada ficou conhecida por consequentes ataques a burguesia nascente que havia tomado grande participação nos governos posteriores. O resultado não poderia ser outro: mais uma revolução irrompe entre os franceses. A "Revolução Liberal" de 1830 colocou no poder, dessa vez, a casa monárquica de Orléans⁴². Fortemente ligada à aristocracia financeira (uma seção muito específica da complexa burguesia francesa), o novo Reinado foi categorizado como extremamente corrupto, no qual os interesses do Estado estavam, quase que exclusivamente, na manutenção da dívida pública através de empréstimos cada vez mais vultuosos dessa aristocracia. O resultado não poderia ser outro: desemprego, inflação, aumento da dívida pública, aumento de impostos, fome e pobreza. Marx chegou a categorizar o período como "grande sociedade de ações para a exploração da riqueza nacional da França." (SADER, 1998, p. 62).

Podemos assegurar que é a partir da Monarquia de Julho que Marx trata com mais afinco o desenvolvimento político e de classes da França e a relação da burguesia com o Estado. A aristocracia financeira impunha uma dificuldade de desenvolvimento da burguesia capitalista. A situação da Monarquia de Julho se deteriorou para a aristocracia financeira, que se viu encurralada pela massa de operários e camponeses, além da classe burguesa em ascensão contra o saque ao Estado por essa classe dominante. A situação era de crises econômicas, escassez de alimentos, elevação do custo de vida e falências de burgueses e pequeno-burgueses. O fim da Monarquia de Julho provocada pela Revolução de 1848⁴³, caracterizou-se pela cristalização do poder burguês no Estado: "A República tinha um papel definido enquanto bandeira de ascensão burguesa: livrar o capital dos

⁴² Esse período da história da França (1830-1848) ficou conhecido como "Monarquia de Julho" em homenagem aos "três dias gloriosos": 27, 28 e 29 de julho; e ficou imortalizado pela pintura de Eugène Delacroix "A Liberdade Guiando o Povo". No centro do quadro, o seio exposto de Marianne representa o que há de mais puro no sentimento burguês: a vitória dos valores burgueses de liberdade contra o absolutismo do arbítrio.

⁴³ A "Revolução de Fevereiro" ou "Revolução de 1848" foi um levante consistente em toda a Europa que, na França, depôs o Rei Luís Filipe I, o "Rei Burguês", e fundou a Segunda República Francesa sob o comando do Presidente Luís Napoleão Bonaparte (sobrinho-neto de Napoleão Bonaparte) e da Assembleia Constituinte. O objetivo central da nova república era a construção de uma Constituição ancorada nos princípios burgueses.

entraves estatais à sua circulação mais produtiva, criando as condições políticas para uma economia de mercado” (SADER, 1998, p. 66).

Durante a tomada do Estado, todas as classes se opunham ao governo da aristocracia financeira do Estado. Essa insatisfação geral criou bases para a produção de mais uma revolução violenta na história da França, pela unidade nacional e de classes em bem de um interesse comum. Porém, à burguesia convinha apenas a oposição à aristocracia financeira enquanto classe dominante do Estado. Para a burguesia industrial-comercial, o interesse central sempre foi trazer o setor financeiro para o seu lado e finalmente consolidar o sistema de mercado na França: *o capitalismo burguês industrial-comercial-financeiro*.

O governo instalado pela República de Fevereiro, fruto real de uma 'transação entre as diversas classes', aparecia aos olhos dessas mesmas classes como representante real dos interesses gerais do país. (SADER, 1998, p. 67).

Uma vez excluída quase que completamente os poderes monárquicos na França e o apoio das massas ao regime absolutista, o caminho estava *livre* para a classe dominante (isto é, a classe burguesa até o momento em sua quase formação completa) para o subjugo do Estado e, conseqüentemente⁴⁴, da classe social dominada.

3.4.2.1 Da Segunda República Francesa ao Segundo Império Francês

Após a destituição da monarquia Orleanista, deu-se a formação de um Governo Provisório, responsável pela união das classes em prol de uma Assembleia Nacional Constituinte. Um dos pontos centrais da nova assembleia foi a instituição do Sufrágio Universal que parece ter dado ao bonapartismo a autoridade quase absoluta de administração do Estado. Isso porque o "povo" passou a ser considerado como "cidadão", iguais entre si e sem qualquer representação política quanto a sua ocupação no processo produtivo da sociedade francesa, "da forma como o considera a perspectiva de troca" (SADER, 1998, p. 84).

“A eleição de Luís Bonaparte para presidente no dia 10 de dezembro de 1848 pôs fim à ditadura de Cavaignac⁴⁵ e à Assembleia Constituinte” (MARX, 2012, p. 47).

⁴⁴ Devemos lembrar que a característica central do Estado, para Engels, é o produto do antagonismo inconciliável das classes.

⁴⁵ **Cavaignac, Louis-Eugène (1802-1857):** general e político francês, republicano moderado; participou, nos anos de 1830 e 1840, da conquista da Argélia. Ministro da Guerra a partir de maio de

Nesse sentido, Marx demonstra que a sociedade francesa (especialmente os camponeses), desmoralizada pela "ditadura" imposta pela Assembleia Nacional Constituinte produziu o "presidente" Luís Bonaparte. A eleição de 10 de dezembro: "É suficiente mencionar aqui que ela constitui uma *relação dos camponeses*, que tiveram de arcar com os custos da Revolução de Fevereiro, contra as demais classes de sua nação, uma *reação do campo contra a cidade*" (MARX, 2012, p. 48).

Para Marx, as distintas facções monarquistas⁴⁶ organizadas conjuntamente no Partido da Ordem, embora com o objetivo ideal de restaurar alguma forma de monarquia na França, se mantinham separadas por condições materiais de existência. Os Bourbons (apoiados pelos legitimistas) governaram sobre a *grande propriedade fundiária*; os Orléans (apoiados pelos orleanistas) se apoiavam sobre o *capital* francês: altas finanças, grande indústria e grande comércio. "Dois tipos diferentes de propriedade, foi a antiga contraposição de cidade e campo, a rivalidade entre capital e propriedade fundiária" (MARX, 2011c, p. 60).

Ainda assim, Marx demonstra que essas facções componentes do Partido da Ordem atuaram muito mais como título *social* e não *político*; "como representantes da ordem mundial burguesa [...], como classe de burgueses contra todas as demais classes, não como monarquistas frente aos republicanos" (MARX, 2011c, p. 61).

O Partido da Ordem exerceu sobre as demais classes o mais rígido domínio político. E isso só foi possível porque a Segunda República funcionava sob o regime parlamentarista liderado pela maioria do Partido.

Tendo sido obrigadas pelo antagonismo ao proletariado revolucionário e às classes de transição, impelidas mais e mais a juntar-se em torno deste como centro, a empregar sua força unida e a conservar a organização dessa força unida, cada uma das facções do Partido da Ordem se viu forçada a afirmar, diante dos desejos de restauração e exaltação da outra, o domínio conjunto, isto é, a *forma republicana* do domínio burguês. (MARX, 2012, p. 99).

O Partido da Ordem assume, de uma vez por todas dada a sua incapacidade de reestabelecer a monarquia na França (seja ela Bourbon ou Orléans), sua forma republicana e vê nela o único meio de impor o domínio da classe burguesa "como o

1848, reprimiu com extrema crueldade a Insurreição de Junho de 1848 dos operários de Paris. Chefe do poder executivo de junho a dezembro de 1848; primeiro-ministro de junho a dezembro de 1848. Após o sucesso do golpe de Luís Bonaparte em 1851, recusou-se a jurar lealdade ao Império. (MARX, 2012, p. 165).

⁴⁶ Tais facções eram denominadas *legitimistas*: "os partidários da dinastia de Bourbon, que governou a França de 1589 a 1793 e durante o período da Restauração, de 1814 a 1830"; e *orleanistas*: "os partidários da dinastia de Orléans, que governou a França durante a Monarquia de Julho (1830-48)" (MARX, 2011c, p. 59).

domínio da civilização e como as condições necessárias da produção material" (MARX, 2012, p. 99).

L'argent n'a pas de maître! O dinheiro não tem senhor! [...]: a burguesia não tem rei; *a verdadeira forma de seu domínio é a república.* {grifo do autor} (MARX, 2012, p. 74).

Como se a monarquia legítima algum dia pudesse vir a ser a monarquia dos burgueses industriais ou o reinado burguês algum dia pudesse vir a ser o reinado da aristocracia rural hereditária. Como se propriedade de terra e indústria pudessem se irmanar sobre *uma* só coroa, quando a coroa só pode ser depositada sobre uma cabeça, sobre a cabeça do irmão mais velho ou do mais novo. Como se a indústria pudesse de alguma forma assemelhar-se à propriedade fundiária, enquanto esta não se decidir por tornar-se industrial. (MARX, 2011c, p. 116).

Et voilà. O ponto central (e final) posto por Marx para as incontáveis e sangrentas revoluções na França se concentram no fato de que *a forma política do Estado* aristocrático-feudal *não poderia* servir como agente homogeneizador da classe burguesa e da instituição suprema do capitalismo na França. "A burguesia não tem rei; *a verdadeira forma de seu domínio é a república.*" (MARX, 2012, p. 74). As distintas facções burguesas unidas no Partido da Ordem, amedrontadas pela possibilidade de usurpação pelos seus rivais, não têm outra solução senão "o domínio comum da burguesia, a forma em que as pretensões específicas permanecem neutralizadas e reservadas – *a república.* " (MARX, 2012, p. 121). A degradação da imagem do Partido da Ordem produziu um impacto importante naqueles setores que haviam ajudado na eleição de Bonaparte em 1848: os pequenos agricultores. Marx demonstra n^o "A Luta de Classes na França de 1848 a 1850" (MARX, 2012) um pouco da situação fundiária dessa parcela da população:

Assim como sobre as propriedades fundiárias medievais se acumulavam os *privilégios*, a terra é, para seus proprietários, puramente um *instrumento de produção*. Ora, na mesma proporção em que a terra é dividida, diminui a sua produtividade. A aplicação da maquinaria à terra, a divisão do trabalho, os grandes recursos de enobrecimento do solo, como a construção de canais de escoamento e irrigação e similares, tornam-se cada vez mais inviáveis, ao passo que os *falsos custos* do cultivo do solo crescem na mesma proporção da divisão do próprio instrumento de produção. Tudo isso se dá independentemente do fato de o proprietário da parcela dispor de capital ou não. Porém, quanto mais aumenta a divisão tanto mais a parcela da terra com seu inventário para lá de miserável representa todo o capital do agricultor parceleiro, tanto mais deixa de ser realizado o investimento do capital na terra, tanto mais faltam ao campônio a terra, o dinheiro e a formação para aplicar os progressos da agronomia, tanto mais entra em retrocesso o cultivo do solo. Por fim, a *renda líquida* se reduz na mesma proporção em que aumenta o *consumo bruto*, em que toda a família do agricultor é impedida pela posse da terra de exercer outras atividades e, não obstante, não se capacita a viver dela.

Portanto, na mesma proporção em que a população cresce e, junto com ela, aumenta a divisão da terra, *encarece o instrumento de produção*, a terra, e diminui a *sua produtividade*, na mesma proporção *decai a agricultura e endivida-se o agricultor*. E o que era efeito se transforma, por sua vez em causa. Cada geração deixa uma dívida maior para a próxima, cada nova geração começa sob condições mais desfavoráveis e mais dificultadoras, a hipoteca gera mais hipoteca, e quando o agricultor fica impossibilitado de oferecer sua parcela como garantia para *novas dívidas*, isto é, onerá-la com novas hipotecas, ele cai diretamente, nas mãos da *usura*, isto é, tanto mais crescem os *juros da usura*. (MARX, 2012, p. 131).

Marx demonstra que a situação dos pequenos proprietários franceses era a de "validação fanática da propriedade imaginária, à afirmação do *direito de propriedade*" (MARX, 2012, p. 131).

Constata-se que sua {dos agricultores franceses} exploração se distingue da exploração do proletariado industrial apenas pela forma. O explorador é o mesmo: o capital. Os capitalistas individuais exploram os agricultores individuais por meio da hipoteca e da usura; a classe capitalista explora a classe camponesa por meio do imposto estatal. (MARX, 2012, p. 132).

Marx nos demonstra que a própria existência, a exteriorização, da *propriedade do capital*, isto é, nesse caso, a *terra*, passa a ser uma falácia. Isso porque o sentido da propriedade *no capital* é a constante e incessante *reprodução do capital e dos seus meios de trabalho e mercadorias*. Em não havendo a mínima possibilidade do camponês francês (o trabalhador social) em produzir seus meios de sobrevivência e ainda cristalizar parte desses produtos na forma de capital (dado a forma de exploração citada por Marx), também não haveria quaisquer possibilidades desses camponeses de se constituírem como classe e de se desaliarem em relação aos seus exploradores. A *função* do capital, ou seja, sua exteriorização como autovalorização, não se consolidou para o proprietário do capital *em si* (indivíduo), mas para a classe dominante (coletivo, social). Ao se flagrarem em uma situação de "traídos" tanto pelo presidente (Luís Bonaparte) que ajudaram a eleger, quanto pela assembleia, que jurava representá-los, não poderia haver outra situação senão a revolta; e por revolta, entenderam: associação com o proletariado industrial orbitando o partido social-democrático⁴⁷.

O Partido da Ordem se vê, diante da crescente revolta popular, no clamor por mais repressão. Em não havendo tal possibilidade, dado o desgaste das forças

⁴⁷ "A eleição de 10 de março de 1850 representou um ganho para o partido social-democrático e à união de trabalhadores e outros setores da sociedade enraivecidos com a ditadura imposta pelo capital: isso significa que a influência moral do capital foi quebrada, isto é, a assembleia dos burgueses passa a representar unicamente a burguesia, isto é, a grande propriedade está perdida, porque o seu vassalo, a pequena propriedade, buscou refúgio no arraial dos sem-propriedade" (MARX, 2012, p. 142).

armadas e da Guarda Nacional (que há tempos conspiravam em direção à revolta), a conclusão foi de que a "república constitucional era impossível". "Contudo, a base da Constituição é o *sufrágio universal*. A *eliminação do sufrágio universal* é a última palavra do Partido da Ordem, da ditadura burguesa" (MARX, 2012, p. 143).

Com a Assembleia Nacional Legislativa [sucessora da Assembleia Nacional Constituinte] estava completo o fenômeno da *república constitucional*, isto é, da forma republicana do Estado, em que se constituiu o domínio da classe burguesa, portanto, o domínio comum das duas grandes facções monarquistas que compõem a burguesia francesa, o domínio dos legitimistas, o domínio dos legitimistas e orleanistas coligados, o domínio do *Partido da Ordem*. (MARX, 2012, p. 105).

Os conflitos políticos desenrolados pela tomada de poder do Estado pela burguesia e as oposições entre orleanistas, legitimistas e bonapartistas, dava maior poder ao Executivo, liderado pela figura de Charles-Luís Napoleão Bonaparte, dando-lhe pretensões dinásticas similares ao *verdadeiro* Napoleão, em 2 de dezembro de 1851. A garantia de maior poder ao poder Executivo diminuía a representação popular na Assembleia Legislativa.

Para Marx, as tantas revoluções francesas desenvolvidas desde a grande revolução de 1789 tiveram o efeito *fundamental* de produzir uma *nova forma política de Estado* que servisse aos interesses da nova classe dominante e, portanto,

(...) o Estado parasita recebeu seu último desenvolvimento apenas durante o Segundo Império. O poder governamental, com seu exército permanente, sua burocracia a dirigir tudo, seu clero embrutecedor e seu servil tribunal hierárquico, crescera tão independente da própria sociedade que um aventureiro grotescamente medíocre, seguido de um bando de bandidos famintos, era o suficiente para governá-lo. (MARX, 2011a, p. 126).

Se alguma vez houve algum evento que, bem antes de acontecer, projetou a sua sombra à frente, então esse foi o golpe de Estado de {Luís} Bonaparte. (MARX, 2011c, p. 128).

3.4.2.2 Do Segundo Império Francês à Comuna de Paris

Em alguma passagem de suas obras. Hegel comenta que todos os fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. (MARX, 2011c, p. 25).

Para Marx, o golpe de Estado perpetrado por Luís Bonaparte em 2 de dezembro de 1851 foi apenas uma retomada do Estado à sua forma mais antiga. Ao invés da sociedade constituída ter produzido um conteúdo novo, o arbítrio tomou

para si o “domínio despudoradamente simples da espada e da batina”. (MARX, 2011c, p. 29).

Porém, enquanto Luís Bonaparte brincava de restauração imperial ao se autoproclamar imperador (vejamos a farsa!) sob o nome de “Napoleão III”⁴⁸ (nome sob o qual não tinha o Direito Divino dos Reis!!), do outro lado do Reno, os atrasados Estados, Ducados e Principados alemães se reuniam sob o comando do Chanceler prussiano Otto von Bismarck. Desde o fim do Sacro Império Romano Germânico em 1806, os recém-formados Estados a Leste do Reno (entre eles a Confederação Helvética, a República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos e a Confederação do Reno, que incluía os Reinos da Baviera, da Saxônia e da Vestfália) serviram de “Estados-satélite” ou de “Estados-mola” e variaram sua subserviência entre a França e a Santa Aliança (formada por Prússia, Áustria e Rússia) de acordo com o jogo geopolítico estabelecido durante o período de 1800 a 1871⁴⁹. “O regime bonapartista, que até então só florescera de um lado do Reno, tinha agora a sua imitação do outro lado. De tal estado de coisas, o que poderia resultar senão a *guerra*?” (MARX, 2011a, p. 23).

Von Bismarck servia desde 1867 como Chanceler da Confederação da Alemanha do Norte, sob regimento militar-autocrático prussiano⁵⁰. Entre outros feitos antidemocráticos e repressivos, von Bismarck produziu uma reintegração econômica e social da Alemanha através do fim das barreiras alfandegárias internas (o sistema conhecido como *Zollverein* [união aduaneira] em 1866) e investimentos em infraestrutura industrial, em especial o complexo de mineração carvoeiro e as linhas de ferro interestaduais⁵¹.

O desenvolvimento econômico e social produzido pelo início da unificação alemã se apresentou como uma ameaça ao poderio militar e político francês o que

⁴⁸ “Napoleão II”, filho legítimo do verdadeiro Napoleão Bonaparte (Napoleão I), o “Rei de Roma” viveu o restante de sua vida como protegido do Imperador da Áustria, seu avô, Francisco I. Morreu jovem aos 21 anos de idade acometido de pneumonia e “reinou”, interinamente, o Reino de Roma e o Ducado de Reichstadt entre 1811 e 1832 (ZAMOYSKI, 2018).

⁴⁹ “Durante o tempo da monarquia absoluta, esse [novo] Estado [burguês] foi um meio de luta da sociedade moderna contra o feudalismo, coroado pela Revolução Francesa e servindo, sob o primeiro Bonaparte, não apenas para subjugar a Revolução e aniquilar todas as liberdades populares, como também como instrumento da Revolução Francesa para a luta no exterior, a fim de, no interesse da França, criar no continente Estados mais ou menos à sua imagem, no lugar de monarquias feudais” (MARX, 2011a, p. 126).

⁵⁰ O mesmo regime que perseguiu Marx e os comunistas alemães na atual Alemanha. Esse regime monarquista constitucional deu inspiração à teoria do Estado de Hegel e foi criticado por Marx em sua obra “*Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*” de 1843.

⁵¹ Esse sistema econômico introduzido na Alemanha a partir da década de 1860 foi fortemente baseado nas teorias econômicas de Friedrich List e da Escola Histórica Alemã.

desencadeou, especialmente por parte de nosso homúnculo Luís Bonaparte, mais uma sangrenta guerra na Europa: a Guerra Franco-prussiana de 1870-1871, que foi na verdade um desenrolar do Bonapartismo e suas contradições externas.

Marx demonstra “(...) como a *luta de classes* na França criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel de herói. ” (MARX, 2011c, p. 18).

Luís Bonaparte, o sobrinho do verdadeiro Napoleão Bonaparte, procurou, em tudo, imitar o tio. E é exatamente esse ponto que Marx nos toca quando diz que na segunda vez a história se repete como farsa. Luís Bonaparte não era corso⁵², como Bonaparte; não era militar nem nunca participou de campanha alguma; não veio à França como estrangeiro, mas nasceu em Paris nos berços efeitados de tesouros roubados dos franceses e herdados de seu tio; alçou-se ao poder presidencial-republicano, influenciado por seu nome, pelo voto da massa camponesa francesa tão rica para ser pobre, tão pobre para ser rica, tão individualista para produzir algo além de sua própria sobrevivência⁵³; traiu seu próprio eleitorado ao autorizar a continuidade dos impostos que os mantinham na pobreza; forjou um Golpe de Estado que lhe garantiu um adicional de dez anos ao seu mandato presidencial e, logo em seguida, *forjou* copiosamente ao seu tio outro golpe pacóvio colocando sobre sua própria cabeça uma coroa falsa que nem mesmo o pescoço do *verdadeiro* Napoleão suportou carregar.

Seja qual for o desenrolar da guerra de Luís Bonaparte com a Prússia, o dobre fúnebre do Segundo Império já soou em Paris. O Império terminará como começou, por uma paródia. Mas não nos esqueçamos de que foram os governos e as classes dominantes da Europa que permitiram a Luís Bonaparte encenar por 18 anos a farsa feroz do *Império Restaurado*. (MARX, 2011a, p. 23).

⁵² Isto é, nascido na Ilha da Córsega. A Córsega era de posse italiana até 1768, quando a França invadiu e conclamou a ilha. Por ironia do destino, Napoléon Buonaparte nasceu em 1769, sendo declarado indubitavelmente francês, o que o permitiu entrar na *École Militaire* de Paris e, posteriormente, no exército da França (ZAMOYSKI, 2018).

⁵³ "O camponês francês elegeu Luís Bonaparte presidente da República, mas foi o Partido da Ordem que criou o Império. O que o camponês francês realmente queria, começou ele mesmo a demonstrar em 1849 e 1850, opondo o seu *maire* [prefeito ou subprefeito] ao prefeito do governo, seu professor escolar ao pároco do governo e sua própria pessoa ao gendarme do governo. Todas as leis introduzidas pelo Partido da Ordem em janeiro e fevereiro de 1850 foram medidas confessas de repressão contra o camponês. O camponês era um bonapartista porque a seus olhos a Grande Revolução, com todos os benefícios que ela lhe trouxera, estava personificada em Napoleão. Essa ilusão, que ia rapidamente se esvanecendo sobre o Segundo Império (e que, por natureza, era hostil aos "rurais"), esse preconceito do passado, como teria ele resistido ao apelo da Comuna aos interesses vitais e às necessidades mais urgentes do campesinato?" (MARX, 2011a, p. 63)

A Guerra Franco-prussiana não poderia senão degingolar em guerra civil na França. Em dois meses de guerra⁵⁴, o conflito já estava decidido. Em setembro de 1870, na Batalha de Sedan, Luís Bonaparte foi capturado pelo exército prussiano enquanto “comandava” seu próprio batalhão⁵⁵.

Em 4 de setembro de 1870, proclamou-se a destituição de Luís Napoleão como Imperador e a fundação da Terceira República⁵⁶. As exigências de reparação de guerra vindas da Prússia incluíam a entrega das armas da Guarda Nacional, a reincorporação dos territórios da Alsácia e Lorena como “condição material da paz”, a eleição imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte e, o mais importante, a *capitulação de Paris*.

A capitulação de Paris, ao entregar à Prússia não só Paris, mas toda a França, encerrou as longas intrigas de traição com o inimigo que os usurpadores de 4 de setembro {de 1870} haviam começado, como o próprio Trochu afirmou nesse mesmo dia. Por outro lado, deu início à guerra civil que eles agora tinham de fazer, com a ajuda da Prússia, contra a República de Paris. A armadilha já estava montada nos próprios termos da capitulação. (MARX, 2011a, p. 43)

Assassinatos e fuzilamentos em massa de operários parisienses e membros da Guarda Nacional foram a prática do novo (velho) governo republicano aliado aos ocupadores austríacos. “A Paris armada era o único obstáculo sério no caminho da conspiração contrarrevolucionária. Paris tinha, portanto, de ser desarmada”. (MARX, 2011a, p. 46).

O dia de 18 de março de 1871 representa o início da Guerra Civil, com a recusa da Guarda Nacional em obedecer às ordens da Assembleia Nacional e sua confraternização com o povo de Paris. Durante o mês de março, diversas organizações proletárias na França se organizam em “comunas”, dentre elas a mais importante: A Comuna de Paris. Sua experiência seria então estudada por Karl Marx no livro “*A Guerra Civil na França*” e, posteriormente, por Vladimir Lenin em “*O Estado e a Revolução*” tanto da perspectiva de seu 1) “sucesso”, isto é, a vitória da

⁵⁴ A Guerra Franco-prussiana terminou oficialmente somente em 10 de maio de 1871 com a assinatura do Tratado de Frankfurt, que, entre outros espólios, exigiu da Terceira República indenizações de guerra no valor de 5 bilhões de francos além da anexação dos territórios da Alsácia e Lorena; a contrapartida alemã foi a libertação de mais de 100 mil prisioneiros franceses a disposição de Louis Adolphe Thiers para esmagar a Comuna de Paris (MARX, 2011a).

⁵⁵ Contrariando, e envergonhando, mais uma vez a memória de seu tio, que em 1805 venceu, no vilarejo de Austerlitz uma batalha contra as forças aliadas de Rússia, Prússia e Áustria juntas. Para uma descrição imponente da Batalha de Austerlitz, vide: ZAMOYSKI, A. **Napoleão**: O Homem por trás do Mito. 1ª Edição. Sem local: Editora Crítica, 2018.

⁵⁶ A Terceira República Francesa durou de 1870 a 1940, com a invasão da Alemanha Nazista e a imposição de sua Administração Militar na França.

classe operária contra a repressão do Estado e a reorganização da sociedade nos moldes socialistas; quanto da perspectiva de seu 2) “fracasso”, isto é, sua vida curtíssima e as condições materiais e ideológicas que impediram a continuidade do sucesso. Seguiremos com a descrição da Comuna de Paris para, então resolvermos, teoricamente, os impasses da transição do Estado capitalista burguês ao Estado socialista proletário sob a perspectiva do marxismo-leninismo.

3.4.3 A Sociedade Civil, a Burguesia, o Estado e a Guerra de Classes: Inter-relações

O leitor pôde notar, como mencionado no início deste capítulo, a inexistência de uma obra completa atribuída a Marx quanto ao estudo do Estado. O livro de Engels, “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*”, de 1883, publicado posteriormente à morte de Marx, é o primeiro a reunir a teoria histórica marxista a ponto de produzir uma teoria completa sobre a existência do Estado. Nesse sentido, o que nos resta é analisar a obra de Engels em contraponto à herança intelectual de Marx quanto ao tema específico do “Estado burguês”. Façamos, portanto, tal trabalho.

F. Engels nos indica, conforme apresentado no tópico 2.4 “Características do Estado Segundo Engels”, que o surgimento e o desenvolvimento de, *grosso modo*⁵⁷, todas as *formas políticas de Estado*⁵⁸ possuem as seguintes características em comum: *i*) a divisão territorial e populacional; *ii*) o exército permanente; *iii*) funcionalismo público e burocracia; e *iv*) impostos e dívida pública. Faz-se necessário, agora, averiguar 1) se essas características são intrínsecas à forma do Estado burguês estudado por Marx (isto é, no nosso ponto de referência, o Estado burguês francês); e 2) quais dessas características se encontram, dialeticamente, em oposição direta à sociedade civil francesa, ou o povo da França. Façamos.

Para tanto, vejamos a seguinte passagem do manuscrito de Marx encontrada no livro “*A Guerra Civil na França*”, que sintetiza toda a perspectiva histórica da França quanto a transição violenta e conturbada do Estado aristocrático-feudal para o Estado burguês-capitalista:

As diferentes fações da burguesia francesa tiveram sucessivamente *seus reinos*, os grandes proprietários fundiários sob a *Restauração* (os velhos

⁵⁷ Isso porque a ultrageneração pode induzir ao erro.

⁵⁸ E.g. o Estado grego, o Estado Romano, o Estado feudal, etc.

Bourbons), os capitalistas sob a Monarquia parlamentar de julho (Luís Filipe⁵⁹), enquanto seus elementos bonapartistas e republicanos continuavam a incomodar no *background* {*plano de fundo*, do inglês em tradução livre}. Suas brigas partidárias e intrigas eram, é claro, realizadas sob o pretexto do *bem-estar público*, e cada vez que uma revolução popular se via livre de uma dessas monarquias, a outra se instalava. Tudo isso mudou com a República (fevereiro)⁶⁰. Todas as frações da burguesia se coligaram no *Partido da Ordem*, que é o partido dos proprietários e capitalistas, unindo-se para manter a subjugação econômica do trabalho e a maquinaria repressiva estatal que lhe presta suporte. Em vez de uma monarquia, cujo próprio nome significa a prevalência de uma fração burguesa sobre a outra, a vitória de um lado e a derrota do outro (o triunfo de um lado e a humilhação do outro), a *República* era a sociedade anônima das frações burguesas coligadas, de todos os *exploiteurs* {*exploradores*, do francês em tradução livre} do povo agrupado e, de fato, legitimistas, bonapartistas, orleanistas, republicanos burgueses, jesuítas e voltairianos abraçaram uns aos outros - não mais ocultos pelo abrigo da coroa, não mais capazes de atrair a atenção do povo para suas lutas partidárias mascarando-as em lutas pelo interesse popular, não mais sujeitando um ao outro. Antagonismo direto e confesso entre seu domínio de classe e a emancipação das massas produtoras - *ordem*, o nome para as condições econômicas e políticas de seu domínio de classe e servidão do trabalho, essa forma anônima ou republicana do regime burguês -, essa república burguesa, essa República do *Partido da Ordem*, é o mais odioso de todos os regimes políticos. Seu interesse imediato, sua única *raison d'être* {*razão de ser*, do francês em tradução livre} é esmagar o povo. É o *terrorismo* do domínio de classe. A coisa se dá da seguinte forma. Tendo o povo lutado e feito a revolução, proclamado a República e criado o espaço para uma Assembleia Nacional, então os burgueses, cujas conhecidas profissões de fé republicanas são uma garantia para a "República", são empurrados para o primeiro plano da cena pela maioria da Assembleia, composta pelos inimigos derrotados e confessos da República. Os republicanos são imbuídos da tarefa de atrair o povo para a armadilha de uma insurreição, a ser esmagada pelo fogo e pela espada. Esse papel foi desempenhado pelo partido do *Nacional*⁶¹, com Cavaignac à frente, depois da Revolução de Fevereiro (com a Insurreição de Junho). Devido aos seus crimes contra as massas, esses republicanos perdem, então, o equilíbrio. Eles fizeram o seu trabalho e, se ainda lhes é permitido apoiar o *Partido da Ordem* em sua luta geral contra o proletariado, eles são, ao mesmo tempo, excluídos do governo, forçados a cair para as últimas fileiras e aceitos apenas "por tolerância". Os burgueses realistas coligados se tornam, então, os pais da República, e instaura-se o verdadeiro governo do "Partido da Ordem". Com as forças materiais do povo temporariamente quebradas, a obra da reação - a supressão de todas as concessões conquistadas em quatro revoluções - tem início, peça por peça. O povo é levado à loucura não apenas pelos atos do *Partido da Ordem*, mas também pela afronta cínica pela qual ele, o povo, é tratado como vencido, com a qual em seu próprio nome, em nome da República, aquela escória a governa com poder supremo. É claro que essa espasmódica forma de despotismo *anônimo* de classe não pode durar muito, pode apenas ser uma fase transitória. Ela sabe que está sentada sobre um vulcão revolucionário. Por outro lado, se o Partido da Ordem está unido em sua guerra contra a classe trabalhadora, o mesmo ocorre quanto à sua capacidade de ser o *Partido da Ordem*: o jogo de intrigas de suas diferentes frações, uma contra a outra, cada uma querendo fazer prevalecer seu

⁵⁹ **Luís Filipe, duque do Orléans** (1773–1894) – rei dos franceses de 1830 a 1848. (A GUERRA CIVIL NA FRANÇA – ÍNDICE ONOMÁSTICO PG 244)

⁶⁰ Vide nota 43.

⁶¹ *National*: Jornal republicano aliado aos interesses da burguesia francesa. Funcionava como jornal do Partido da Ordem.

interesse particular na velha ordem da sociedade, cada uma brigando pela restauração de suas pretensões e ambições pessoais, surge com toda a força tão logo seu domínio parece assegurado (garantido) por meio da destruição das forças materiais revolucionárias. Essa combinação de uma guerra comum contra o povo e uma conspiração comum contra a República, combinada com as brigas internas de seus governantes e seu jogo de intrigas, paralisa a sociedade, enoja e desnorteia a massa da classe média e "perturba" os negócios, mantendo-os em um estado crônico de inquietação. Todas as condições do despotismo foram criadas (engendradas) sob esse regime, mas o despotismo sem quietude, despotismo com anarquia parlamentar em seu vértice. Então souo a hora do *coup d'état* e os incapazes tiveram de ceder lugar para qualquer sortudo fingido, dando [um] fim à forma *anônima* do domínio de classe. Desse modo Luís Bonaparte deu fim à República depois de seus quatro anos de existência. Durante todo esse tempo, Thiers foi o "*âme damnée*" [*instrumento*, do francês em tradução livre] do Partido da Ordem, que em nome da República fez guerra contra a República, uma guerra de classe contra o povo e que, em realidade, criou o Império. Ele interpretou, agora, o mesmo papel que interpretara antes; porém, se antes atuara como intriguista parlamentar, agora atuou como chefe do poder Executivo. Caso não seja capturado pela Revolução, ele será agora, como antes, uma ferramenta inutilizada. Qualquer que seja o governo contravisor que se instale, seu primeiro ato será descartar o homem que rendeu a França à Prússia e bombardeou Paris⁶². (MARX, 2011a, p. 105-107).

Com esta brilhante passagem, Marx explicita aquilo que estava, até certo ponto, velado aos olhos da população da França: A *desorganização* da classe burguesa na França, que embora unidos *sub judice* do Partido da Ordem, permaneciam brigando *entre si* pela assunção total de sua própria forma de Estado (seja ele legitimista, orleanista, bonapartista ou republicano), provocou instabilidade política e social que culminaria eventualmente em guerra civil. O golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 não foi *absolutamente nada* daquilo que Luís Bonaparte propôs ao povo francês: foi *senão* a *completa* retomada do *Estado político* francês para aquele propósito mais intrínseco à sua existência! Isto é, a *manutenção* e *perpetuação* da luta de classe dado aquele *fato de sua existência*, ou seja, o *produto do antagonismo inconciliável das classes*. Ora, o que foi a Restauração Imperial perpetrada sob Luís Bonaparte *senão* a própria *ordem burguesa* (que, digamos de passagem, nunca foi alcançada pelo Partido da *Ordem*⁶³) *contra* as crescentes revoltas sociais proletárias (luta de classes!) provocadas *justamente* (!!!) pela crescente miséria e exploração do povo da França, em especial dos camponeses e

⁶² Trata-se da Guerra Franco-prussiana e da capitulação de Paris, que fora, a mando de Marie Joseph Louis Adolphe Thiers, presidente *de facto* do poder executivo e da Terceira República, covardemente bombardeada com artilharia pesada e bombas incendiárias (MARX, 2011a).

⁶³ "(...) 'ordem' – quer dizer, o domínio do proprietário fundiário e do capitalista sobre o produtor, escondendo sob os farrapos de uma pantomima do passado as orgias e a corrupção do presente (...). (MARX, 2011a, p. 126-127).

trabalhadores dos centros urbanos?⁶⁴ O que foi a reunião dos grupos monarquistas distintos (orleanistas, legitimistas, bonapartistas) em torno do Partido da Ordem *senão* a retomada do *saque*, do *roubo*, do *assalto* desses mesmos partidários e funcionários públicos aos bancos e ao povo da França através do aumento da dívida pública, da especulação da bolsa de valores e dos impostos à população?⁶⁵ O que foi a Guerra Franco-prussiana *senão* a desmoralização do exército permanente francês, a consequente redefinição das fronteiras da França e o pagamento de espólios de guerra à Prússia?⁶⁶

(...) O povo é levado à loucura não apenas pelos atos do *Partido da Ordem*, mas também pela afronta cínica pela qual ele, o povo, é tratado como vencido, com a qual em seu próprio nome, em nome da República, aquela escória a governa com poder supremo. (MARX, 2011a, p. 106)

Os burgueses partidários do Partido da Ordem colocaram o povo da França na linha de frente do abate espetados pelas costas com baionetas e espadins. O que eles podiam esperar *senão* uma revolta popular e os prelúdios de uma nova revolução? As características e a existência *per se* do Estado burguês nunca estiveram alinhadas com as vontades e as necessidades do povo trabalhador.

⁶⁴ A reprodução do produto mais intrínseco ao Estado: o antagonismo irreconciliável dos interesses de classes.

⁶⁵ *iii*) e *iv*). Qual foi o momento em que o povo da França gritou em uníssono: a burguesia rica é o proletariado rico! Ou que mais impostos para o povo e mais dinheiro para os especuladores?

⁶⁶ *i*), *ii*) e *iv*). Qual foi o momento em que o povo da França *voluntariamente* decidiu se juntar ao exército da França e declarar guerra à Prússia?

4 A COMUNA DE PARIS E A TRANSIÇÃO SOCIALISTA

O bonapartismo foi um produto de contradições sociais nas quais a burguesia encontrava-se incapacitada e o proletariado ainda estava imaturo para governar. (RAGO FILHO, 2011, p. 12).

E o bonapartismo, ao tentar resolver suas contradições externas, expôs à Europa as feridas internas da França: um povo absolutamente dilacerado pela luta de classes, que logo escalaria em guerra. Sem capacidade para resolver suas questões externas (o inimigo já estava batendo à sua porta), os trabalhadores de Paris decidiram tomar ação na sua situação *interna*. Os trabalhadores, é claro, foram traídos pelos representantes da burguesia. Isso porque Louis Adolphe Thiers⁶⁷ representante do Governo de Defesa eleito⁶⁸, que convencionava tacitamente com o exército prussiano, depois do decreto prussiano de capitulação de Paris, exigiu o *desarmamento* da cidade. A Guarda Nacional e, conseqüentemente, os trabalhadores foram traídos depois de resistir à invasão de Paris a mando do Império e da Terceira República, e agora estavam sendo obrigada a entregar suas armas *para* o inimigo invasor. A agitação da população contra as tropas invasoras se transformou em agitação social. A situação tensa entre a Guarda Nacional e a Terceira República se agravou depois do fuzilamento de dois generais por seus próprios soldados, tendo estes recebido ordens para atirar contra manifestantes⁶⁹.

O Império foi aclamado por todo o mundo como o salvador da sociedade. Sob sua égide, a sociedade burguesa, liberta de preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento inesperado até para ela mesma. Sua indústria e comércio assumiram proporções colossais; a especulação financeira celebrou orgias cosmopolitas; a miséria das massas contrastava com a descarada ostentação de um luxo pomposo, prostibular e vil. O poder estatal, que aparentemente pairava acima da sociedade, era, na verdade, o seu maior escândalo e a incubadora de todas as corrupções. (MARX, 2011a, p. 56)

⁶⁷ “**Thiers, Adolphe** (1797–1817) – Historiador e estadista francês, orleanista. Deputado na Assembleia Legislativa (1849–1859). Foi Presidente da República (1871–1873) e atuou na repressão da Comuna de Paris” (MARX, 2011c, p. 161).

⁶⁸ “Nesse momento crítico [a rápida derrota do Exército Imperial ao exército prussiano], o povo autorizou os deputados de Paris eleitos para o antigo corpo legislativo a atuar como ‘Governo da Defesa Nacional’. Isso foi concedido tanto mais prontamente quanto, para a finalidade da defesa, todos os parisienses capazes de manejar armas haviam sido alistados na Guarda Nacional e armados, de modo que, agora, os trabalhadores constituíam a grande maioria. Mas rapidamente aflorou a oposição entre o governo, constituído quase exclusivamente de burgueses, e o proletariado armado” (ENGELS, 2011, p. 190).

⁶⁹ Trata-se das execuções dos generais Lecomte e Clément Thomas por mãos de seus próprios comandados.

E a burguesia, isto é, a sociedade burguesa, que se aquecia sob as asas do Império, não se tardou a tomar definitivamente os aparatos de Estado para manter as lutas de classes. A classe operária parisiense, no entanto, vendo-se traída pela decretação de seu desarmamento, vê nessa nova república as mesmas formas opressoras do Estado que viram nas revoluções anteriores.

O que é a Comuna. Essa figura que atormenta o espírito burguês?

Em sua mais simples concepção, [ela é] a forma sob a qual a classe trabalhadora assume o poder político em seus baluartes sociais, Paris e outros centro industriais. (MARX, 2011a, p. 168-169)

E toma o poder justamente por ter o apoio armado da Guarda Nacional, que, a essa altura, já estava bem organizada em um sistema público de eleição de seus delegados, responsáveis pela organização da luta. Os vinte *arrondissements*⁷⁰ de Paris deveriam escolher por sufrágio entre os membros dos comitês de vigilância, os delegados que serviriam como representantes da Guarda em um *Comité Central*⁷¹. Esse Comitê Central teria a função específica de organizar a classe trabalhadora junto à Guarda Nacional e exigir o fim das negociações da Terceira República com os invasores prussianos que deixaram a cidade em estado de calamidade, fome e peste.

O dia 18 de março marca o estopim dessa crise como o início “oficial” da Guerra Civil na França. O grande momento do dia foi a confraternização da Guarda Nacional com os insurgentes proletários e o fuzilamento dos generais Lecomte e Clément Thomas, subordinados de Adolphe Thiers, por seus próprios soldados. No mesmo dia o Comitê Central ocupa a Câmara Municipal e, no dia seguinte, anuncia as eleições para a Comuna⁷² marcadas para o dia 26 de março.

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era

⁷⁰ Regiões administrativas da cidade de Paris; algo como um agrupamento de bairros.

⁷¹ "Apoiada em sua organização militar existente, Paris formou uma federação política de acordo com um plano muito simples. Este consistia na aliança de todas as guardas *nationale*, postas em conexão umas com as outras *pelos delegados* de cada companhia, que nomeariam, por sua vez, os delegados dos *batalhões*, que por seu turno nomeariam os delegados gerais, generais de legiões, cada um a representar um *arrondissement* e a cooperar com os delegados dos 19 outros *arrondissements*. Esses 20 delegados, escolhidos pela maioria dos *bataillons* da Guarda Nacional, compunham o *Comité Central* que em 18 de março iniciou a maior revolução desse século e que ainda conserva seu lugar na atual luta gloriosa de Paris." (MARX, 2011a. p. 124-125).

⁷² Além da Comuna de Paris, outras Comunas foram proclamadas na França em Lyon (22 de março), Marselha (23 de março), Narbone (24 de março), Toulouse (24 de março), Saint-Étienne (24 de março) e Creusot (26 de março). (MARX, 2011a)

naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. (MARX, 2011a, p. 56).

Essa reunião de conselheiros era, *em si, a representação* dos trabalhadores de Paris pelo *governo* dos trabalhadores de Paris. A Comuna tratou de diversos assuntos sociais, econômicos e políticos que representavam diretamente os interesses dos trabalhadores pelos seus membros eleitos. Pela primeira vez, o proletariado poderia escolher, pela sua própria mão, os rumos de seu próprio destino, e não depender das estruturas do Estado burguês que vinham, sucessivamente, se mostrando traiçoeiras contra o proletariado, especialmente em Paris. A Comuna

Foi, portanto, uma revolução não contra essa ou aquela forma de poder estatal, seja ela legítima, constitucional, republicana ou imperial. Foi uma revolução contra o Estado mesmo (...). Não foi uma revolução feita para transferi-lo de uma fração das classes dominantes para outra, mas para *destruir essa horrenda maquinaria da dominação de classe ela mesma.*" {grifo do autor} (MARX, 2011a, p. 127).

E para tanto, seria necessário a Comuna destruir aqueles pontos centrais que diziam respeito ao Estado e à dominação de classes perpetrada pela classe burguesa, isto é, o aparato burocrático-militar-policial.

A primeira ação efetiva (e talvez a mais importante) da Comuna de Paris contra o aparato Estatal, foi a abolição do exército permanente e sua substituição pelo "povo em armas" organizado sobre a forma da Guarda Nacional e sob o comando da Comuna legitimamente eleita por seus representantes.

Pela primeira vez desde o 4 de setembro, a República está livre do *governo* de seus *inimigos*. (...) [A Comuna organiza para] a cidade uma milícia nacional que defende os cidadãos contra o poder (o governo) *em vez de um exército permanente que defende o governo* contra os cidadãos" (Proclamação do Comitê Central, em 22 de março) (MARX, 2011a, p. 129).

Com a garantia de um governo proletário sustentado por uma milícia proletária armada, a classe operária de Paris teria "as vias limpas" para produzir as verdadeiras mudanças sociais que os trabalhadores exigiam: a supressão dos direitos de propriedade privada através da coletivização das fábricas e da terra, a fim de abolir as relações capitalistas de produção e distribuição e consequentemente garantir a emancipação dos trabalhadores com o fim da dominação capital-trabalho.

A antítese direta do Império era a Comuna. O brado de "República Social" com que a Revolução de Fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris não expressava senão a vaga aspiração de uma república que viesse não para suprimir a forma monárquica da dominação de classe, mas a

dominação de classe ela mesma. A Comuna era a forma positiva dessa república. (MARX, 2011a, p. 56).

A Comuna de Paris, no entanto, não teve tempo. De 21 a 28 de maio de 1871, a mando de Adolphe Thiers, o exército republicano (fortalecido pelos contingentes liberados das prisões prussianas) invadiu Paris e perpetrou uma série de execuções sem julgamento de *communards*, massacres, incêndios e execuções de reféns. Ainda assim, a relevância dessa revolta popular para história foi inegavelmente importante. Isso porque, segundo Marx:

Eles [os burgueses e seu aparato de Estado] não veem que os corpos sociais que engendram essas superestruturas políticas não existem mais, que esses regimes só foram possíveis em fases passadas da sociedade francesa, sob condições agora superadas, e que agora essa sociedade só aceita as formas do Império, em seu estado putrefato, e a República do Trabalho, em seu estado de regeneração. Eles não veem que os ciclos das formas políticas foram apenas a expressão política das mudanças reais pelas quais a sociedade passou. (MARX, 2011a, p. 175).

A Comuna de Paris (18 de março de 1871 – 28 de maio de 1871), portanto, se apresenta como um fato histórico de extrema importância se quisermos analisar a função, a existência e a forma do Estado burguês capitalista para que, então, possamos encontrar as formas e as soluções mais adequadas com o intuito de suprimir o aparato estatal e sua forma de dominação de classe. Vimos anteriormente que a transição feudo-capitalista se deu *precisamente* em um período de transição em que as forças produtivas se desenvolveram ao ponto de produzirem uma nova classe emergente, em formação. Essa classe, isto é, a classe burguesa, então produziu uma sequência de revoluções apoiadas pelo proletariado com o objetivo de eliminar a *velha classe social dominante*, isto é, a aristocracia feudal, e substituí-la pela nova forma de Estado emergente: o Estado burguês-capitalista. No entanto, o proletariado, classe que, para Marx desde a Revolta dos Tecelões da Silésia (1844), constitui a classe verdadeiramente revolucionária na sociedade contemporânea, se viu engolfado em um ciclo eterno de revoluções que apenas transferiam a maquinaria estatal (o próprio instrumento da classe dominante para a dominação de classe!) das mãos de uma classe opressora para outra igualmente opressora. O “*basta!*” da classe trabalhadora contra a opressão do Estado *em si* se manifestou na *forma política da Comuna*.

Portanto, faz-se necessário encontrar aqueles aspectos principais da Comuna de Paris que a tornaram a primeira experiência verdadeiramente socialista, segundo

o marxismo; na mesma medida em que se faz necessário encontrar todas as suas falhas responsáveis pela sua brevidade na tentativa de produzir a Revolução Social na França. Somente a partir da *crítica* da Comuna de Paris (sobre seus acertos e seus erros), é que podemos dar prosseguimento sobre o conflito teórico “incompleto” relacionado à transição do Estado burguês-capitalista para o Estado proletário-socialista.

Como mencionado na Introdução deste trabalho, a incompletude da tes marxista sobre o Estado exige que busquemos um outro autor para sua complementação: Vladimir Ilitch Lenin. Lenin, o intelectual revolucionário russo e líder da Revolução de Outubro de 1917, em suas leituras de Marx e Engels, traria à tona a sua própria doutrina político-social, que viria a ser conhecida como “marxismo-leninismo”.

4.1 OS ACERTOS / O SUCESSO DA COMUNA

Tanto os acertos, quanto os erros cometidos pela Comuna de Paris, a julgo de Marx, publicadas n’A *Guerra Civil na França*, mostram os motivos dos autores⁷³ em dar tanta ênfase na discussão política em torno da Comuna e da Revolução Social. A Comuna, uma organização eleita exclusiva de trabalhadores, impôs aos seus comunardos uma série de reivindicações sociais e pontos comuns. E, mais importante, fez essas reivindicações não ao governo burguês que os oprimia, mas à própria classe trabalhadora; isto é, a classe trabalhadora, pela sua própria força e inteligência, trabalhou ativamente para *transformar sua realidade de acordo com seus próprios princípios*: o fim da sociedade de classes, da exploração do trabalho pelo capital, e do Estado.

Exército e polícia: Como notado, a primeira atitude decisiva, e mais importante, da Comuna foi a abolição do exército permanente e sua substituição pelo “povo em armas”. Isso porque o exército, como parte do aparato burocrático-militar do Estado, serve justamente aos interesses do *governo* da classe dominante, e não aos interesses da população em geral. Ao abolir o alistamento obrigatório (29 de março), a Comuna abandona a função *política* da polícia e do Estado, e a substitui por uma forma de livre associação de trabalhadores armados: a Guarda Nacional. Nesta livre associação, qualquer trabalhador apto e com condições físicas

⁷³ Tanto Marx e Engels quanto Lenin.

pode pegar em armas desta vez não para receber ordens da burocracia burguesa e do Parlamento burguês, mas da Comuna, instituição na qual o trabalhador deposita seu voto e participa ativamente.

Paris pôde resistir unicamente porque, em consequência do assédio, livrou-se do exército e o substituiu por uma Guarda Nacional, cujo principal contingente consistia em operários. Esse fato tinha, agora, de se transformar em uma instituição duradoura. Por isso, o primeiro decreto da Comuna ordenava a supressão do exército permanente e a substituição pelo povo armado.

(...) nos distritos rurais o exército permanente deveria ser substituído por uma milícia popular, com tempo de serviço extremamente curto. (MARX, 2011a, p. 57)

Política e serviço público: Como dito anteriormente, a maioria dos membros comunardos eleitos fazia parte indiscutível da classe trabalhadora; se organizavam no *Hotél de Ville*, a Câmara Municipal de Paris, e trabalhavam ativamente como interlocutores da vontade do povo e da transformação social. A Comuna aboliu a separação e independência dos poderes Executivos e Legislativo, unindo aquele, o Legislativo, apenas uma forma atrofiada do verdadeiro poder Executivo, a este, o próprio poder Executivo: “A Comuna deveria ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo.” (MARX, 2011a, p. 56). Ao mesmo tempo, através da *negação* do Estado político, a Comuna aboliu o direito hierarquizado dos altos funcionários públicos do Estado transformando toda a forma de serviço público em uma forma de representação sufragada⁷⁴: juízes, membros da Comuna, *maires*, prefeitos etc. deveriam ser eleitos, com mandatos curtos, responsáveis e *facilmente* substituíveis. Além disso:

Dos membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser remunerado com *salários de operários*. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos dignatários do Estado desapareceram com os próprios alto dignatários. As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos fantoches do governo central. Não só a administração municipal, mas toda a iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna.” (MARX, 2011a, p. Pg 56-57.)

Religião e Educação: A educação em todas as escolas públicas de Paris foi garantida pela Comuna com gratuidade e sem qualquer interferência religiosa. Além disso, professores deveriam receber os materiais didáticos da Comuna e não tinham o direito de cobrar qualquer tipo de vencimentos sobre seus pupilos. A separação

⁷⁴ “Elimina-se a hierarquia estatal de cima a baixo e substituem-se os arrogantes senhores do povo por servidores removíveis, uma responsabilidade de mentira por uma responsabilidade real, uma vez que eles passam a agir continuamente sob supervisão política.” (MARX, 2011a, p. 130).

entre Estado e Igreja foi abolida: a partir de então, a religião passa a se tornar um assunto *privado* e competente a cada indivíduo e os padres foram expulsos das escolas. Encargos e comissões religiosas foram cancelados; como advertiu Marx, os padres e representantes da Igreja deveriam voltar, como os apóstolos, a viver de esmolas dos fiéis.

Os padres foram devolvidos ao retiro da vida privada, para lá viver das esmolas dos fiéis, imitando seus predecessores, os apóstolos. Todas as instituições de ensino foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo purificadas de toda a interferência da Igreja e do Estado. Assim, não somente a educação se tornava acessível a todos, mas a própria ciência se libertava dos grilhões criados pelo preconceito de classe e pelo poder governamental. (MARX, 2011a, p. 5).

Federação: Ao contrário do que “gritava” a Assembleia Nacional, a França não se transformaria em um aglomerado de pequenos reinos, como na Alemanha. Para Marx, ao desmonstrar o Estado, os sistemas unidos de administração comunal quebrariam precisamente aquela ideia *idealista, hegeliana*, de Estado como membro e sancionador do *bem comum*, como ser superior, conciliador de classes.

A unidade da nação não seria quebrada, mas, ao contrário, organizada por meio de uma constituição comunal e tornada realidade pela destruição do poder estatal, que reivindicava ser a encarnação daquela unidade, independente e situado acima da própria nação, da qual ele não passava de uma excrescência parasitária. (MARX, 2011a, p. 58)

Agora que as decisões políticas estavam centradas na Comuna, decididas pelos trabalhadores, a existência do próprio conceito de delimitação territorial (como vimos, associado à existência do Estado), estaria fadado ao esquecimento; "O antagonismo da Comuna com o poder do Estado foi erroneamente considerado uma forma exagerada da velha luta contra a hipercentralização." (MARX, 2011a, p. 58).

Sufrágio universal: Na Comuna, operou-se algo como uma forma “superior” de sufrágio universal; este não elege “uma vez a cada três ou seis anos quais os membros da classe dominante irão atraiçoar [*misrepresent*] o povo no Parlamento” (MARX, 2011a, p. 58), mas os representantes da classe trabalhadora para *atuar* no corpo comunal de trabalho.

Toda a França seria organizada em Comunas auto-operantes e autogovernadas, sendo o exército permanente substituído pelas milícias populares, o exército dos parasitas estatais removido, a hierarquia clerical dando lugar ao mestre-escola, o juiz estatal transformado em órgãos comunais, o sufrágio universal para a representação nacional deixando de

ser um truque para um governo todo-poderoso e tornando-se a expressão deliberada das comunas organizadas, as funções estatais sendo reduzidas a algumas poucas funções para fins nacionais. (MARX, 2011a, p. 131)

Relação entre o campo e a cidade: A abolição das distinções econômicas entre campo e cidade já estava proposta por Marx e Engels desde o *Manifesto Comunista* através da “unificação dos trabalhos agrícola e industrial; abolição gradual da distinção entre cidade e campo por meio de uma distribuição mais igualitária da população pelo país” (MARX e ENGELS, 2010b, p. 58).

O regime comunal colocava os produtores do campo sob a direção intelectual das cidades centrais e de seus distritos, e a eles afiançava, na pessoa dos operários, os fiduciários naturais de seus interesses. (MARX, 2011a, p. 59)

Propriedade privada: Como críticos da propriedade privada, Marx e Engels viam nessa forma material a supressão do Estado (isto é, a existência do Estado para sancionar, reproduzir e garantir tal forma de propriedade). O ponto-chave da crítica se alimenta no fato de que a propriedade privada não é universal, mas apenas um instrumento para o domínio de classes, privando dominados de seus meios de subsistência e obrigando-os à única e “livre” (!) alternativa: a venda de sua força de trabalho, ou a fome.

{A Comuna} queria fazer da propriedade individual uma verdade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, hoje essencialmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. (MARX, 2011a, p. 60).

A abolição da propriedade privada através da coletivização dos meios de produção, produziria essa forma de “trabalho livre e associado” com o objetivo de atingir a emancipação plena do trabalho.

Assunção dos erros: Marx expõe ao leitor que a Comuna, como qualquer outra forma de governo, não foi e, naturalmente, não seria infalível. O falso atributo dos governos monárquicos e republicanos franceses de responsabilidade, ordem e lisura, apenas se traduziam em corrupção e repressão violenta. A Comuna de Paris, não se propôs a ser a solução mística de todos os problemas da sociedade francesa; “De fato, a Comuna não fingia possuir o dom da infalibilidade (...). Ela publicou seus atos e declarações, revelando ao público todas as suas falhas.” (MARX, 2011a, p. 65).

4.2 OS ERROS / O FRACASSO DA COMUNA

Marx, um grande apreciador e conhecedor da Comuna de Paris, não deixou um texto completo sobre sua crítica à Comuna. Engels traria sua contribuição à nova edição d'*A Guerra Civil na França* em que escreve (em 1891, vinte anos depois da publicação do original) uma introdução “fechando” algumas lacunas quanto aos erros que motivaram o fracasso da Comuna.

"Compreende-se, assim, que no âmbito econômico tenha-se deixado de fazer muitas coisas que, segundo nossa visão atual, a Comuna deveria ter feito" (ENGELS 2011, p. 194). Vejamos também, portanto, alguns acréscimos de Engels à Marx.

Tempo: Segundo Marx, as classes proletárias envolvidas na revolução social requerem *tempo*. Tempo para reorganizar os sistemas de produção e distribuição, mas também para reorganizar os sistemas políticos e de tomadas de decisão. Ainda durante esse "tempo", os trabalhadores sabem, de acordo com Marx, que deve haver uma força de luta contrarreacionária, contra a "ação espontânea das leis econômicas da escravidão" e contra a "ação espontânea das leis econômicas da servidão." (MARX, 2011a, p. 131-132).

A questão temporal associada a formação e, especialmente, *identidade*, da classe operária não foi suficiente. O Estado Imperial recém quebrado expôs as feridas da luta de classes na França e principalmente, nem uma burguesia, e muito menos um proletariado plenamente constituído. O resultado final dessa guerra de classes foi o esmagamento da população de Paris pelas forças republicanas sob comando de Thiers.

Ideologia da Comuna: Para Engels, a Comuna era composta em sua maioria de blanquistas (seguidores de Louis-Auguste Blanqui⁷⁵) e Proudhonianos (seguidores de Pierre-Joseph Proudhon⁷⁶)⁷⁷, dois socialistas *utópicos*, e não *científicos*. Utópicos, isto é, no sentido de que não foram capazes de enxergar as novas configurações de bases econômicas e sociais (*um novo modo de produção nascente*) que só poderia ser alcançado através de *revolução violenta e científica*, e

⁷⁵ **Blanqui, Louis-Auguste** (1805–1881) – Revolucionário francês, comunista utópico. Durante a revolução de 1848, pertenceu à extrema-esquerda do movimento proletário e democrático na França. Foi repetidas vezes condenado à prisão. (MARX, 2011a, p. 155).

⁷⁶ **Proudhon, Pierre Joseph** (1809-1865) – Jornalista, economista e sociólogo francês. Considerado um dos principais idealizadores do anarquismo. Em 1848, deputado na Assembleia Constituinte. (MARX, 2011a, p. 155).

⁷⁷ “E, em ambos os casos {blanquistas e proudhonianos}, quis a ironia da história - como costuma acontecer quando doutrinadores chegam ao poder – que tanto uns quanto os outros fizessem o contrário daquilo que suas escolas doutrinárias prescreviam” (ENGELS, 2011, p. 194).

não com reformas e conciliação de classes e a manutenção da propriedade privada como forma de alcançar uma maior justiça social.

O desenvolvimento social e *político* da classe operária criou as bases sociais para a superação do "socialismo" até então existente, tanto na França (Saint-Simon⁷⁸, Fourier⁷⁹) como na Inglaterra (Owen⁸⁰). O termo "utopistas", aplicado a estes três visionários, foi assim explicado por Engels: "Se os utopistas foram utopistas, é porque, numa época em que a produção capitalista estava ainda tão pouco desenvolvida, eles não podiam ser outra coisa. Se foram obrigados a tirar de suas próprias cabeças os elementos de uma nova sociedade, é porque, de uma maneira geral, estes elementos não eram ainda bem visíveis na velha sociedade; se limitaram-se a apelar à razão para lançarem os fundamentos de seu novo edifício, é porque não podiam, ainda, apelar à História contemporânea. (ENGELS⁸¹ *apud* COGIOLA, 2010, p. 16).

Banco da França: Os comunardos não assaltaram o banco da França e nem tomaram seu poder. Para Engels, "O banco nas mãos da Comuna – isso valia mais do que dez mil reféns." (ENGELS, 2011, p. 194). O Banco serviria à Comuna, por exemplo, na função de órgão administrador e planejador da economia. Bem como seu assalto garantiria à Guarda Nacional um ponto-chave para o prevalecimento da Comuna: a manutenção e ampliação do armamento parisiense com a compra de novas armas e o avanço da Guarda Nacional sobre Versalhes, o reduto dos republicanos.

Estado e administração pública: Como Engels nos mostrou em sua tese *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, uma das expressões sociais da formação do Estado é a formação de um contingente de funcionários públicos que *se apropria* da administração *pública* e *política* em nome da classe dominante⁸². Porém, como pudemos ver através da leitura de Marx sobre a França, muda a *forma política* de Estado, mas as suas características se mantêm por um certo tempo⁸³. A Comuna, ao: 1) tornar pública todos os cargos administrativos, judiciais e educacionais em Paris, eleitos por sufrágio e com mandatos revogáveis; e 2) estabelecer o teto de salários pagos a esses funcionários; estancou a permanente

⁷⁸ **Saint-Simon, conde de;** nascido **Claude-Henri de Rouvroy** (1760-1825) - socialista utópico francês. (MARX, 2015)

⁷⁹ **Fourier, François Marie Charles;** (1772-1837) - socialista utópico francês. (MARX, 2015)

⁸⁰ **Owen, Robert;** (1771-1858) - socialista utópico inglês.

⁸¹ ENGELS, F. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. 2ª Edição. São Paulo: Centauro, 2005.

⁸² "(...) esses órgãos, tendo em seu ápice o poder estatal, converteram-se, com o passar do tempo e em nome de seus próprios interesses, de servidores da sociedade em senhores dela. Tal como se observa, por exemplo, não apenas na monarquia hereditária, mas igualmente também na república democrática." (ENGELS, 2011, p. 196).

⁸³ E.g.: Podemos perceber que todos os privilégios e instituições feudais hereditárias foram plenamente destruídos somente na Terceira República Francesa.

"(...) transformação do Estado e dos órgãos estatais dos servidores da sociedade em senhores da sociedade (...)" (ENGELS, 2011, p. 196). Ainda assim, todo esse aparato estatal que seria herdado quando a classe trabalhadora tomasse o controle deveria ser desmontado. A questão central colocada por Engels é: *quanto tempo isso deve durar?* Para o autor:

(...) O Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, e isso valeria para a república democrática não menos que para uma monarquia; na melhor das hipóteses, ele é um mal que o proletariado vitorioso herda na luta pelo domínio de classe e cujos piores aspectos o proletariado, assim como a Comuna, não pode evitar eliminar {!} o mais prontamente possível, até que uma nova geração, crescida em condições sociais novas e livres, seja capaz de remover de si todo este entulho estatal. (ENGELS 2011, p. 197).

Engels deixa *extremamente claro* que o momento em que o proletariado declara a “revolução social” e hasteia a bandeira vermelha no mastro, *não é o momento de morte do Estado*. Voltaremos a essa tese, dessa vez mais aprofundada, mais a frente, sob a leitura de Lenin. Por enquanto vale destacar os motivos apresentados por Engels da manutenção das estruturas de Estado *ainda durante a revolução*. A principal crítica de Marx e Engels à Comuna de Paris (e especialmente à Guarda Nacional) foi ter convocado a própria Comuna de forma muito apressada “o Comitê Central renunciou ao seu poder cedo demais para dar lugar à Comuna.” (MARX, 2011a, p. 208). Através da leitura de Engels, poderíamos supor que, antes de declarar *oficialmente* a Comuna, a Guarda Nacional estivesse mais focada em organizar um *exército popular*, de caráter nacional com homens e mulheres livremente associados e armados, a Comuna poderia estender sua vida.

Se caírem, a culpada por isso será tão somente sua “generosidade”. Deveriam ter marchado imediatamente para Versalhes, depois que Vinoy⁸⁴ e, mais tarde, a própria parte reacionária da Guarda Nacional de Paris haviam abandonado o campo de batalha. (MARX, 2011a, p. 208).

Ditadura do proletariado: a ideia de ditadura do proletariado significa a negação da ditadura da burguesia. Ora, toda forma de Estado burguês, é uma forma de ditadura da burguesia. A Ditadura do Proletariado se baseia no princípio de que a classe trabalhadora irá tomar o poder e instaurar um *processo revolucionário* que deverá substituir a propriedade privada pela propriedade pública ou coletiva dos

⁸⁴ **Vinoy, Joseph** (1800-1880) - general francês, bonapartista; participou do golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851; comandante do exército de Paris na guerra franco-prussiana de 1871-1872; a partir de 22 de janeiro de 1871, governador de Paris; comandou o exército de reservistas dos versalheses. (MARX, 2011a)

meios de produção. Assim como a Ditadura da Burguesia é uma ditadura contra o proletariado, a Ditadura do Proletariado é uma ditadura contra a burguesia. Nesse sentido, portanto, a Ditadura do Proletariado será necessária até o ponto em que não existirá mais a necessidade de uma repressão sobre as formas de propriedade privada, já que elas não mais existirão.

E eis que o filisteu alemão foi novamente tomado de um saudável terror com as palavras: ditadura do proletariado. Pois bem, senhores, quereis saber como é esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Tal foi a ditadura do proletariado. (ENGELS, 2011, p. 197).

4.3 A TESE LENINISTA

Embora Karl Marx e Friedrich Engels tenham professado, desde a publicação do *Manifesto do Comunista*, os meios e princípios que a classe trabalhadora deveria usufruir para tomar conta do Estado, os motes são generalistas e não podem ser utilizados para todas as formas políticas de Estado. O próprio Marx se expressa dessa forma em uma entrevista a R. Landor⁸⁵:

A Associação {Internacional de Trabalhadores} não determina a forma dos movimentos políticos; só exige uma garantia no que diz respeito aos objetivos desses movimentos. Ela é uma rede de sociedades afiliadas, espalhadas por todo o mundo trabalhista. Em cada parte do mundo, surge um aspecto particular do problema, e os trabalhadores locais tratam desse aspecto à maneira deles. As associações de trabalhadores não podem ser idênticas em Newcastle e em Barcelona, em Londres e em Berlim. Na Inglaterra, por exemplo, a maneira de demonstrar poder político é óbvia para a classe trabalhadora. A rebelião seria uma loucura enquanto a agitação pacífica seria uma solução rápida e certa para o problema. Na França, uma centena de leis de repressão e um antagonismo moral entre as classes parece precisar de uma solução violenta para a luta social. A escolha dessa solução é um assunto das classes trabalhadoras daquele país. A Internacional não pretende aconselhar ou tomar decisões a respeito do assunto. Mas, para cada movimento, ela concede auxílio e solidariedade dentro dos limites designados por suas próprias leis. (MARX, 2011a, p. 216-217)

Para Marx, a França representava o melhor estudo de caso sobre a repressão do Estado e a luta de classes. Não obstante, o desejo de Marx e Engels, expresso desde o *Manifesto Comunista* de que a revolução socialista se iniciasse em um país capitalista *industrializado*, não se concretizou. Em contrapartida, a revolução foi triunfante em um país relativamente *atrasado* em relação à Europa ocidental (tanto

⁸⁵ A entrevista está disponível em: MARX, K. **A Guerra Civil na França**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

em termos de forças produtivas quanto em termos sociais): a Rússia⁸⁶. Não trataremos, nesse trabalho, sobre os desenrolares da Revolução Russa de 1917 e a formação do Estado Soviético *em si*. Para tanto, resta-nos encontrar nas teses leninistas sua contribuição àquelas características intrínsecas necessárias para produzir uma revolução socialista contra um Estado burguês capitalista.

Lenin escreve e publica, em 1917, um texto que seria fundamental para seu reconhecimento internacional e nacional como líder revolucionário: “*O Estado e a Revolução*”. O autor propõe-se a uma retomada dos conceitos históricos de estado e revolução presente na obra de Marx e Engels e fortemente deturpados por pensadores “chauvinistas e oportunistas” como G. Plekhanov, K. Kautsky e os mencheviques⁸⁷ do Partido Trabalhista Social-democrata Russo. Para Lenin, esses autores desvirtuaram a interpretação marxista ao declarar que a classe trabalhadora deveria *conciliar* com a classe burguesa, fazendo sumir necessariamente o caráter iminentemente revolucionário do proletariado em prol de “reformas” lideradas pelo Estado. “Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão de classes.” (LENIN, 2010, p. 27). Segundo sua leitura de Engels, Lenin alega que a característica do Estado é o *poder público da força* (forças armadas, exército, prisões instituições coercitivas); o Estado é a “força proveniente da sociedade, mas superior a ela e que dela *se afasta cada vez mais*” (LENIN, 2010, p. 29).

Para Lenin, o argumento de que a existência do Estado serviria como remediadora da “complicação crescente da vida social, diferenciação de funções sociais, divisão do trabalho e etc.” não se justifica. Uma vez que a sociedade está dividida em classes, a própria função do Estado é a manutenção dessa divisão pelos meios descritos pelos “chauvinistas” como problemas que o Estado “resolveria”: são eles a “complicação crescente da vida social, diferenciação de funções sociais, divisão do trabalho e etc.” (!!!) todas elas, *consequências* da divisão da sociedade em classes e da existência do Estado.

⁸⁶ Para Lenin em “*O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*”, no início do século XX a Rússia já constituía um Estado capitalista industrializado, embora com enormes defasagens econômicas em relação ao ocidente.

⁸⁷ **Menchevique:** Da palavra russa “меньше” significa “menor” ou “minoria”; foi cunhada por Vladimir Lenin para taxar aqueles partidários do Partido Trabalhista Social-democrata Russo considerados “reformistas” ou “conciliadores” com a burguesia. Seu principal líder era Júlio Martov (SERVICE, 2021).

Para garantir a perpetuação econômica do Estado político burguês separado da sociedade civil e de domínio exclusivo da classe dominante, “são necessários os impostos e a dívida pública” (LENIN, 2010). A cobrança constante de dívidas e impostos garante ao Estado os fundos necessários para 1) a administração dos interesses públicos em geral (isto é, a manutenção do *Estado administrativo*, ou a forma da administração pública do Estado; o pagamento do exército permanente; os encargos com justiça, cargos públicos, educação, etc.); e 2) a manutenção da *dívida pública*, isto é, a manutenção dos empréstimos concedidos ao Estado por terceiros (nota-se que tais “terceiros” somente poderiam constituir parte da classe dominante burguesa, aquela que detém o controle e o padrão de acumulação da riqueza através das forças de instituições coercitivas e organizadoras do próprio Estado! Um sistema em constante retroalimentação).

O exército permanente, as instituições coercitivas, a polícia etc. “são instrumentos fundamentais da força do Estado” (LENIN, 2010, p. 29), que mantém as armas sob direção do monopólio do Estado. Em as *armas* estando sob ordens do Estado (que, já sabemos, é o aparato burocrático-militar dominado pela classe dominante (nesse caso, a burguesia)), a própria representação popular em qualquer forma democrática, que seja, simboliza em si uma ameaça *contra* o Estado e a classe dominante e, portanto, reprime-se com a força. O poder do Estado aumenta conforme se agravam os antagonismos de classe⁸⁸, dada a irreconciliabilidade das classes. Se essa cisão não existisse, a organização espontânea da população em armas seria possível. Para Lenin, o armamento espontâneo é igual à luta armada. E a luta armada é o que dá garantias à classe trabalhadora para a mudança social, isto é, *a transição do Estado burguês-capitalista para o Estado proletário-socialista*.

O proletariado se apodera da força do Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classes e, simultaneamente, também o Estado, como Estado. (LENIN, 2010, p. 35).

Com a Revolução Social amparada pelo armamento espontâneo do povo, dá-se início ao processo de substituição da propriedade privada: seguindo os passos

⁸⁸ “Após cada nova revolução popular, resultando na transferência da direção da maquinaria estatal para um grupo das classes dominantes a outro, o caráter repressivo do Estado foi mais plenamente desenvolvido e mais impiedosamente usado, porque as promessas feitas – e aparentemente garantidas pela Revolução – só podiam ser quebradas pelo emprego da força”. (MARX, 2011a, p. 170).

professados pelo *Manifesto Comunista*, o proletariado deve fazer uma incursão contra a propriedade privada, estatizando-a⁸⁹. Em não havendo propriedade privada, não há classes; em não havendo classes, não haverá nada a reprimir; e, por sua vez, em não havendo nada a reprimir, não haverá a necessidade do Estado. “A posse dos meios de produção em nome da sociedade” garante, portanto, a *manifestação de uma forma política de Estado como representante de toda a sociedade*. No entanto, ao se basear na experiência da Comuna de Paris, Lenin percebe as críticas de Engels na *Introdução d'A Guerra civil na França* que não bastava apenas a classe operária se apoderar dos meios burocrático-militares do Estado, era necessário *destruí-lo*. Ainda assim, essa *destruição*, para Lenin não é positiva, mas *natural*:

Na Comuna, o órgão de repressão era a maioria da população e não mais a minoria, como fora sempre o caso da escravidão, da servidão e do salarido. Ora, uma vez que é a própria maioria do povo que oprime os seus opressores, já não há necessidade de uma “força especial” de repressão! (LENIN, 2010, p. 63)

E, portanto, o Estado não passa por uma forma de destruição *ativa*, sendo literalmente destruído, mas uma destruição *passiva*: Para Lenin, o Estado proletário-socialista não é ativamente destruído, mas morre, *definha*.

A essa forma de “órgão de repressão da minoria pela maioria”, Lenin dá o nome de “Estado proletário” ou “semiestado”. Porém, se na sociedade não há mais propriedade privada, nem classes e nem necessidade de repressão, por que *ainda* haveria a necessidade desse “Estado proletário”? Essa é a grande questão limítrofe dos movimentos *comunistas* e *anarquistas*. Para os anarquistas, o objetivo da

⁸⁹ “Nos países mais adiantados, contudo, quase todas as seguintes medidas poderão ser postas em prática:

1. Expropriação da propriedade fundiária e emprego da renda da terra para despesas do Estado.
2. Imposto fortemente progressivo.
3. Abolição do direito de herança.
4. Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes.
5. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com monopólio exclusivo.
6. Centralização de todos os meios de comunicação e transporte nas mãos do Estado.
7. Multiplicação das fábricas nacionais e dos instrumentos de produção, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras incultivadas, segundo um plano geral.
8. Unificação do trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura.
9. Unificação dos trabalhos agrícola e industrial; abolição gradual da distinção entre a cidade e o campo por meio de uma distribuição mais igualitária da população pelo país.
10. Educação pública e gratuita a todas as crianças; abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Associação da educação com a produção material etc.” (MARX e ENGELS, 2010b).

revolução é a “abolição” do Estado; para Lenin, no entanto, a “extinção” do Estado é, por sua natureza, a *negação* da revolução. O exposto fica mais claro quando utilizamos como exemplo a Comuna de Paris: Embora tenha atuado ativamente para *desmontar* o aparato burocrático-militar do Estado, Marx critica a Comuna de ter sido muito apressada em seus objetivos. Isso porque, o Estado proletário, antes de *consolidar o modo de produção comunista*, deve organizar uma última “cruzada armada”: contra a burguesia e seu exército permanente. Nesse sentido, Lenin deixa claro que o momento da revolução *não é o momento da abolição do Estado*⁹⁰ *político em si*, mas a abolição da forma de Estado político burguês-capitalista. O dever do proletariado é de carregar, portanto, esse *entulho estatal*. "O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção do processo de produção. O Estado político proletário não é 'abolido': morre." (LENIN, 2010, p. 36). A forma como Lenin expõe a “morte” do novo Estado político proletário se dá através de seu “definhamento”, isto é, a partir do momento em que o Estado burguês é conquistado pelo proletariado e é substituído pela forma política de Estado proletário, este perde, *lenta e gradativamente*, as suas funções, e “definha”, “atrofia” até a morte. Esse período entre revolução e morte do Estado foi chamado por Marx, Engels e Lenin de “Ditadura do Proletariado”, isto é, a constituição da ditadura do proletariado, a força especial de repressão da burguesia *pelo proletariado*. Os papéis político-econômicos da sociedade se invertem; agora, a maioria da população se utiliza dos aparatos burocrático-militares do novo Estado político (prisões, milícia popular, júri popular) para impor a ditadura da maioria contra a minoria: *a Ditadura do Proletariado contra a Ditadura do Capital*. Após a revolução socialista (ato de posse dos meios de produção pelo Estado, em nome da sociedade), o Estado político em geral, definhará.

A tese leninista da “morte do Estado” vai *contra* aqueles pensadores (alguns inclusive grandes seguidores de Marx e Engels) que Lenin considera “oportunistas” ou “anarquistas”. Em especial, estavam os sociais-democratas alemães, liderados por Karl Kautsky no final do século XIX e início do XX na Alemanha, onde pregavam “*O Estado Livre do Povo*”; Segundo Lenin, essa é apenas uma “pomposa expressão

⁹⁰ Lembremos da passagem de Engels na Introdução (1891) à *Guerra Civil na França*: “na melhor das hipóteses, ele {o Estado} é um mal que o proletariado vitorioso herda na luta pelo domínio de classe e cujos piores aspectos o proletariado, assim como a Comuna, não pode evitar eliminar o mais prontamente possível, até que uma nova geração, crescida em condições sociais novas e livres, seja capaz de remover de si todo este entulho estatal”. (ENGELS, 2011, p. 197).

burguesa da ideia de democracia⁹¹" (LENIN, 2011, p. 38). Porém, todo Estado é uma "força especial de repressão". Desse modo, não pode haver Estado "*livre*" ou "*do povo*".

A dialética cede lugar ao ecletismo (...). Na falsificação oportunista do marxismo, a falsificação eclética da dialética engana as massas com mais facilidade, dando-lhes uma aparente satisfação, fingindo ter em conta todas as faces do fenômeno, todas as formas de desenvolvimento e todas as influências contraditórias; mas, de fato, isso não dá uma noção completa e revolucionária do desenvolvimento social. (LENIN, 2011, p. 40).

Lenin também busca no conceito de Ditadura do Proletário, o princípio de "revolução violenta⁹²": "a violência é a parteira de toda a sociedade grávida de uma nova". O próprio sistema de construção da superestrutura de Estado dado um determinado arranjo das forças produtivas (modo de produção) é a *fonte produtora* de todos os sistemas de repressão de classe social. Porém, quanto à Revolução Social, o papel fundamental do proletariado, como já vimos anteriormente, não é *simplesmente* tomar para si o Estado, *mas destruí-lo*.

Em lugar da velha sociedade civil a classe trabalhadora, no curso do seu desenvolvimento, instituirá uma associação onde não existirão as classes nem os seus antagonismos; e, desde então, não haverá mais poder político propriamente dito, pois o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo existente na sociedade civil. (MARX *apud* LENIN, 2010, p. 43)

Ainda assim, Lenin defende a existência do *Estado Proletário*, o que parece, a princípio, contradizer Marx:

Primeiro, que o proletariado, segundo Marx, só tem a necessidade de um Estado em definhamento, isto é, constituído de tal forma que comece sem demora a definhar e que não possa deixar de definhar; depois, que o Estado de que os trabalhadores precisam não é uma coisa senão "o proletariado organizado como classe dominante". (LENIN, 2010, p. 45)

Nesse tópico reside o ponto de virada da perspectiva leninista: para Lenin, aquele que apenas aceita a luta de classes *per se*, não é um verdadeiro marxista e pode ser muito bem confundido com um socialista pequeno-burguês.

⁹¹ Vale destacar que: "Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática" (LENIN, 2010, p. 39).

⁹² "Uma revolução é, certamente, a coisa mais autoritária que há, um ato pelo qual uma parte da população impõe a sua vontade à outra, com o auxílio dos fuzis, das baionetas e dos canhões, meios por excelência autoritários; e o partido que triunfou tem de manter a sua autoridade pelo temor que as suas armas inspiram aos reacionários". (LENIN, 2010, p. 82)

O “oportunismo” contemporâneo a Lenin consiste, segundo o autor, em aceitar a luta de classes *sem aceitar a doutrina marxista da ditadura do proletariado*. Para Lenin, K. Kautsky não reconhece a luta de classes até o essencial: “o período de transição do capitalismo ao comunismo, até o período de subversão da burguesia e do seu completo aniquilamento.” (LENIN, 2010, p. 55).

O que eu fiz de novo consiste na demonstração seguinte: 1) que a existência das classes só se prende a certas batalhas históricas relacionadas com o desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3) que essa própria ditadura é apenas a transição para a supressão de todas as classes e para a formação de uma sociedade sem classes. (MARX *apud* LENIN, 2010, p. 53-54).

Ainda assim, mesmo deixando um esquema sistemático entre a Revolução Social até o Comunismo, isto é, a sociedade sem classes e sem propriedade privada, Marx argumenta na *Crítica do Programa de Gotha*⁹³ que “cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas” (MARX, 2015, p. 20). E, para Lenin, tanto quanto para Marx, o “movimento real” foi a *Comuna de Paris*. A Comuna pretendia substituir a máquina do Estado por uma democracia mais completa através dos princípios de: supressão do exército permanente, elegibilidade e amovibilidade⁹⁴ de todos os funcionários; substituir certas instituições por outras essencialmente diferentes; desierarquizar o funcionalismo público, tornando-o acessível a toda a população. Sobre a supressão do Parlamentarismo na Comuna, Lenin diz que: “Os próprios mandatários devem trabalhar e eles mesmo fazer executar as suas leis, verificar os resultados obtidos e responder diretamente perante seus eleitores” (LENIN, 2010, p. 68).

4.4 DO CAPITALISMO AO COMUNISMO

Para Lenin, no entanto, não basta *apenas* (como se a solução fosse fácil) produzir a revolução proletária e a ditadura do proletário. Uma vez alcançado esse estágio, a classe trabalhadora deve ativamente trabalhar pela construção do *comunismo*, aquele conceito marxista de sociedade *comum*, apresentado no *Manifesto Comunista*. Entre a transição desses dois sistemas *diametralmente*

⁹³ **Programa de Gotha:** programa político partidário do *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD). Dele fizeram parte August Bebel, Wilhelm Liebknecht e Ferdinand Lassalle, autores aos quais Marx fez uma crítica.

⁹⁴ Amovível, deslocável. Transferência ou remoção de funcionário público.

opostos, reside um caminho obscuro e tortuoso entre a *destruição* de todos os velhos princípios estruturantes da velha sociedade, *ao mesmo tempo* em que edifica os novos. Porém, uma coisa Lenin nos deixa claro:

(...) o progresso, isto é, a evolução para o comunismo, se opera pela ditadura do proletariado, e não pode ser de outro modo, pois não há outro meio a não ser a ditadura, nem outro agente a não ser o proletariado para quebrar a resistência dos capitalistas exploradores. (LENIN, 2010, p. 108).

A necessidade de revolução violenta *permeia* o cerne da transição capital-comunista *necessariamente* porque a violência é uma forma intrínseca de manutenção da sociedade de classes, da subsunção do trabalho ao capital e da crescente debilitação da classe trabalhadora. Portanto, faz sentido lógico dizer que, enquanto os meios de produção e os sistemas de propriedade em geral não forem *coletivizados*⁹⁵, enquanto o proletariado não estiver organizado e identificado como classe social, enquanto houver exploração *do homem pelo homem*⁹⁶, haverá a necessidade do Estado.

No período de transição do capitalismo para o comunismo, a repressão é ainda necessária, mas uma maioria de explorados a exerce contra uma minoria de exploradores. O aparelho especial de repressão do “Estado” é ainda necessário, mas é um Estado transitório, já não é o Estado propriamente dito, visto que o esmagamento de uma minoria de exploradores pela maioria dos escravos assalariados de ontem é uma coisa relativamente tão fácil, tão simples, tão natural, que custará à humanidade muito menos sangue do que a repressão das revoltas de escravos, de servos e de operários assalariados. (LENIN, 2010, p. 110).

Em uma das pouquíssimas passagens que Marx deixou especificamente sobre a *construção* do comunismo, temos o texto *Crítica do Programa de Gotha* (1875). Nesse texto, ao mesmo tempo em que critica e corrige más interpretações da sua teoria (especialmente no que concerne Ferdinand Lassale), Marx dá indícios do processo de transformação que levaria a sociedade capitalista após a revolução. Separou a transição em duas fases: Inferior e Superior.

A fase Inferior do Comunismo carrega, para Marx, um forte caráter ideológico, uma forma de *inércia da sociedade capitalista*.

⁹⁵ Como prevê o comunismo.

⁹⁶ “Não somos utopistas e não negamos, de forma alguma, a possibilidade e a fatalidade de certos excessos individuais, como não negamos a necessidade de reprimir esses excessos. Mas, em primeiro lugar, não há para isso necessidade de um aparelho especial de repressão; o povo armado, por si mesmo, se encarregará dessa tarefa, tão simplesmente, tão facilmente, como uma multidão civilizada, na sociedade atual, aparta uma briga ou se opõe a um estupro”. (LENIN, 2010, p. 110-111).

O que se trata aqui é de uma sociedade comunista, não tal como se desenvolveu na base que lhe é própria, mas, ao contrário, tal como acaba de sair da sociedade capitalista; por conseguinte, de uma sociedade que, sob todos os pontos de vista, econômico, moral e intelectual, traz ainda os estigmas da antiga sociedade de cujos flancos sai. (MARX, 2015)

Marx chama essa “primeira fase do comunismo” de “socialismo”. Nela, os trabalhadores contribuem igualmente com seu trabalho *social* de acordo com as necessidades da sociedade e a forma de socialização dos meios de produção. Cada trabalhador recebe, individualmente, não um valor fixo em trabalho, mas um valor fixo em relação às suas características *desiguais*. Ora, a *igualdade* em uma sociedade *desigual* só pode ser fruto de contradições internas de um sistema como o capitalismo. Durante o socialismo, tais formas de desigualdade continuam a existir, por conta da inércia da sociedade civil que passa a ser controlada não pela forma política de Estado burguês, mas pela forma política de Estado proletário. A solução encontrada por Marx para esse problema não é a divisão igualitária de todos os produtos da sociedade *per capita*; mas a divisão *desigual*, “ora, os indivíduos não são iguais; é um mais forte, outro mais fraco; um é casado, outro celibatário; este tem mais filhos, aquele tem menos etc.” (LENIN, 2010, p. 112).

Mas isso são dificuldades inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como saiu, depois de um longo e doloroso parto, da sociedade capitalista. O direito não pode nunca estar em um nível mais elevado do que o estado econômico e do que o grau de civilização social correspondente. (MARX, 2015, p. 35).

O socialismo é uma incursão social contra o *direito burguês e suas instituições sociais*. Uma vez estancado o direito burguês, produz-se um direito *socialista*, isto é, um direito em que o modo de produção se manifesta na forma *social, comum*; no qual a propriedade privada passa a ser história diante do avanço da propriedade *social*. No entanto, de onde partem os princípios do direito socialista? É justamente diante dessa questão que Lenin coloca a necessidade do Estado: O direito burguês “é inevitável numa sociedade saída do capitalismo” (LENIN, 2010, p. 119).

“(...) o Estado ainda não sucumbiu de todo, pois que ainda resta salvaguardar o “direito burguês” que consagra a desigualdade de fato. Para que o Estado defina completamente, é necessário o advento do comunismo completo” (LENIN, 2010, p. 114). Para Lenin, a simples expropriação das riquezas e propriedades dos capitalistas é insuficiente para produzir um sistema econômico comunista. Isto é, o

primeiro efeito da expropriação *em si* é o incremento imediato das forças produtivas⁹⁷. Para tanto, seguindo o objetivo de alcançar a sociedade comunista e o completo fenecimento de nosso objeto de estudo, o Estado, será preciso uma incursão maior: a segunda fase do comunismo ou “etapa superior”.

Em uma fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a escravizante subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, os antagonismos entre o trabalho manual e o trabalho intelectual; quando o trabalho tiver se tornado não só um meio de vida, mas também a primeira necessidade da existência; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos, em todos os sentidos, as forças produtoras forem crescendo e todas as fontes de riqueza pública jorrarem abundantemente, só então o estreito horizonte do direito burguês será completamente ultrapassado e a sociedade poderá inscrever na sua bandeira: “De cada um conforme a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades”. (MARX, 2015, p. 31-32)

Lenin demonstra, n’*O Estado e a Revolução* que a diferença temporal entre as etapas do comunismo são imprevisíveis, mas que, contrário ao que dizem os anarquistas, a diferença entre socialismo e comunismo é *clara*.

Até a chegada a essa fase “superior” do comunismo, os socialistas reclamam, da sociedade e do Estado, a fiscalização rigorosa do trabalho e do consumo; mas, essa fiscalização deve começar pela expropriação dos capitalistas e ser exercida pelo Estado dos operários e não pelo Estado dos funcionários. (LENIN, 2010, p. 117).

Para Lenin, a democracia formal *burguesa* deu condições do proletariado se se organizar como classe social e garantir sua *parte de representação* em relação ao Estado político. No entanto, a democracia, que pressupõe igualdade formal (isto é, não material), não pode ser a solução final do proletariado organizado sob o comunismo. É justamente da passagem da primeira fase para a segunda fase do comunismo em que se da a “passagem da igualdade formal para uma igualdade real baseada no princípio: ‘De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades’” (LENIN, 2010, p. 119).

A democracia é uma das formas, uma das variantes do Estado. Por consequência, como todo Estado, ela é o exercício organizado, sistemático, da coação sobre os homens. Isso, por um lado. Mas, por outro lado, é ela o reconhecimento formal da igualdade entre os cidadãos, do direito igual de todos em determinar a forma do Estado e administrá-lo. Segue-se que, a certa altura do seu funcionamento, a democracia levanta, logo de início, contra o capitalismo, a classe revolucionária do proletariado e lhe fornece os meios de quebrar, de reduzir a migalhas, de aniquilar a máquina burguesa do Estado (mesmo a do republicano), o exército permanente, a polícia, o funcionalismo, e de substituir tudo isso por uma máquina mais democrática,

⁹⁷ Lenin se abstém de maiores explicações sobre o “nível” desse incremento.

mas que nem por isso é menos uma máquina de Estado, constituída pelas massas operárias armadas, preparando a organização de todo o povo em milícias. (LENIN, 2010, p. 120).

O atestado do fim da primeira fase do comunismo, o socialismo, se apresentará à sociedade quando houver a uniformização do trabalho e dos salários em toda a sociedade. Aqui, o Estado político proletário, isto é, o povo armado que atua como Estado no sentido de *organizar, recensear, controlar* os capitalistas e os meios de produção, chega ao seu ápice: “A sociedade inteira não será mais do que um grande escritório e uma grande fábrica, com igualdade de trabalho e igualdade de salário” (LENIN, 2010, p. 121). No entanto, como vimos anteriormente, na condição de Estado proletário em seu *ápice*, o Estado perde, *em si*, sua função original: a manutenção e perpetuação da luta de classes; O Estado entra, contra si mesmo, em contradição e, para Lenin, sua única saída é o fenecimento, *a morte definitiva*, isto é, não será substituído por outra forma de Estado. O povo armado, junto a um sistema *ativo* de democracia proletária serão os responsáveis, em um futuro imprevisível, pela passagem do socialismo para o comunismo⁹⁸.

⁹⁸ “Quando o Estado reduz suas funções essenciais ao registro e ao controle dos próprios trabalhadores, deixa de ser o “Estado político”, e as “funções públicas”, de políticas que eram, passam a ser simplesmente administrativas”. (LENIN, 2010, p. 123)

5 CONCLUSÕES

O Estado é a forma material⁹⁹ das coisas materiais. Das coisas materiais não exatamente como elas são, mas como elas se impõem, por meio de violência, em uma sociedade. Porém, como poderiam *as coisas, materiais, inanimadas, físicas*, ditar precisamente a forma como as coisas em si interagem entre si e entre os seres humanos? Como poderia uma mera *coisa* ditar a forma como um *ser* age, trabalha, pensa?

No primeiro volume d'O *Capital* (MARX, 2011b) Marx descreve a “célula” fundamental do sistema capitalista como sendo a *mercadoria*. No entanto, essa “mercadoria” não serve apenas, como supõem os economistas políticos clássicos, como meio de troca, como forma de satisfação das necessidades; no capitalismo, a mercadoria adquire uma característica *única*, que até então não havia sido posta sobre as outras formas de produto do trabalho humano desde o surgimento da humanidade. Essa característica é o *fetichismo da mercadoria*. Nessa situação (no capitalismo), as pessoas se sentem necessitadas não a produzir, mas a *consumir*. A mercadoria passa a *ser* e não simplesmente a *estar*, e o *ser* passa a ser objeto de desejo, refletido através do consumo.

Qual a relação disso tudo com o Estado (da forma material das coisas materiais)? Aparentemente, nenhuma. O verdadeiro problema emerge à superfície quando observamos o estado material das coisas materiais (o Estado), as coisas pelas coisas, o material pelo material, como uma forma de *dominação*, de *subsunção*; no caso do capitalismo, da classe trabalhadora pela classe burguesa, a subsunção do *trabalho ao capital*¹⁰⁰. Na forma de dominação do Estado burguês-

⁹⁹ Não confundir a *forma material* (o Estado em si) com a *forma do Estado* (a *forma política, social* como o Estado, a forma material *em si*, se *exterioriza* na sociedade como forma material).

¹⁰⁰ Um *não-ser* apenas passa a *ser* no momento em que é em sociedade; objetiva sua *existência material* “para um terceiro ser”. O *ser* do trabalho para o capital é a *reprodução do capital*; o *ser* do capital para o trabalho é a *exploração do trabalho*. Na medida em que o capitalista (isto é, o capital personificado, não o *ser*, mas o *não-ser, fetichizado, dotado de características não intrínsecas ao seu próprio não-ser*) explora o trabalho, adquire, do trabalhador, sua consciências-de-si: o produto último de seu trabalho: a mercadoria (coisidade = consciência-de-si exteriorizada; a mercadoria é a coisidade do trabalho). “É claro que a coisidade de maneira alguma é (...) {algo} *autônomo, essencial* diante da consciência-de-si, mas sim *uma simples criatura* {criatura: todo *ser* (objeto, coisidade) *criado* (produzido, nesse caso)}, um {algo} posto (*Gesetztes*) por ela {a consciência-de-si, o trabalho}, e [algo que é posto], ao invés de confirmar-se a si mesmo, é apenas uma confirmação do ato de pôr, que por um instante fixa sua energia como *produto* {criatura} e, *para fazer de conta* (...), lhe concede o papel de um ser autônomo, efetivo” (MARX, 2004, p. 126). O *instante* em que a coisidade (a mercadoria) passa a ser *exteriorizada* (coisidade = consciência-de-si exteriorizada) pelo trabalho (consciência-de-si, objeto a se transformar “para um terceiro ser”; exteriorizado) é *efêmero*: o trabalho (consciência-de-si) é (*ser*) propriedade privada do capital; a consciência-de-si para a *ser* propriedade

capitalista está implícita, oculta, a forma da própria dominação de classes através do Estado. O Estado se apresenta à sociedade não como o que ele é, isto é, sua *forma política*, mas como uma vontade, um objeto de desejo: *a administração das coisas, ou o Estado administrativo*. Essa distinção é produzida porque no âmbito da dominação de classes, o *Estado político* e o *Estado administrativo* se apresentam como um só: como a fonte solvente de todos os conflitos sociais.

Nesse trabalho, vimos que a existência do Estado, segundo Engels em *A Origem da Família...*, segue alguns princípios lógicos desde a sua *invenção*¹⁰¹. Tais princípios são aqueles que garantem ao Estado *ser* (isto é, não *ser*, como o *ser-em-si*, mas o *não-ser* dotado de *consciência-de-si*, que, logo, passa a *ser*) a forma material das coisas materiais da sociedade (*i.e.* a forma *não-ser* do conjunto de todos os *não-seres* transformados, através da subsunção do trabalho ao capital) da consciência-de-si à consciência-de-si exteriorizada e consciente em *ser*, atribuídos de um véu). Pois justamente o véu sobre o *não-ser* generalizado na forma material (o Estado administrativo) é o que torna a existência do Estado político algo obscuro, quase incompreensível aos olhos nus. Na medida em que o Estado é uma contradição entre o *não-ser* (porque material, o Estado administrativo) e o *ser* (porque da subsunção do *ser* ao material, o Estado político) torna-se um paradoxo: como algo que *não é* pode *ser* e algo que *poderia ser* não é?

O Estado, na precisa forma de sua existência mais essencial, que para Marx e Engels, como vimos, é a máquina burocrático-militar cujo objetivo central é a manutenção da luta das classes (dominadores contra dominados, incluídos contra excluídos). Tal máquina se torna o objeto de *desejo*, de *vontade* de qualquer sociedade, justamente na medida em que *não-sendo*, é. Não sejamos simplórios ao

de outrem. O sol deixa de ser “objeto da planta” (imprescindível, confirmador de seu *ser*); porém a planta continua sendo *objeto do sol*; exteriorizado. O *rompimento* da dialética *no instante* se dá pelo fato de que a existência do *terceiro ser* (do capital, do sol) é privada; individual. *Tanto* a consciência-de-si *quanto* a consciência-de-si exteriorizada tornam-se propriedade privada (objeto) do capital. Nesse “instante” o trabalho deixa de *ser*, para si (consciência-de-si) e passa a *ser* mercadoria (exteriorizada). O trabalho, no sistema capitalista de produção é a sujeição ao capital. O capital é a “consciência-de-si” e “a consciência-de-si exteriorizada”: o objeto *supremo* de sua *autoreprodução*. “Um ser não objeto é um *não-ser*” (MARX, 2004, p. 127).

¹⁰¹ 1) Divisão territorial da sociedade e subsunção da população habitante deste território em súditos do Estado;

2) Instituição de uma força pública caracterizada como “exército permanente” (que já não representa o “povo em armas”) como força política do Estado representado pelas classes dominantes.;

3) Funcionários públicos (em sua exclusividade, membro da classe dominante) impõem-se acima da sociedade com a consequente formação de um sistema de burocracia permanente; e

4) Surgimento de impostos e dívida pública.

admitir que o Estado é algo *vivo, latente, pulsante*. Não-é. É, na verdade, *não-ser*, porém somente passa a *ser*, como mostrou Engels, por meio da violência.

Talvez tenha sido essa contradição entre o não-ser e ser do Estado que impediu Hegel de ver o Estado como uma forma material, uma matéria *em si*.

Porque o Estado e a classe dominante (a “dona” do Estado) andam juntos, esta usando aquele como meio de violência para impor suas formas específicas de produção e distribuição dos materiais, das mercadorias, carregam conjuntamente a dualidade entre *ser* e *não-ser*. São na medida em que é *possível ser* (humano, pensante, racional, emotivo, etc.); e não são na medida em que é possível *não-ser* (material, inanimado, sem necessidade de propósito), isto é, a forma da *propriedade privada*. Portanto, a propriedade privada é a maneira como a classe dominante *mantém* sua dominação entre o *ser* e o *não-ser* sobre a classe dominada; e a violência do Estado é a forma como aquela se utiliza para manter a propriedade privada e, por conseguinte, seus privilégios. O Estado material das coisas só é necessário enquanto houver propriedade privada; e a classe dominante só existirá enquanto houver a propriedade privada.

Agora que rebuscamos e reexaminamos os conceitos referentes à existência material do Estado sob a ótica da teoria marxista-leninista, seguiremos à solução do objetivo central desse trabalho: *o nascimento e a morte do Estado Burguês e o papel do proletariado diante desse tema*.

O leitor certamente percebeu que ao longo do texto tratamos o Estado desejado (o Estado sob o sistema capitalista de produção) de “Estado Burguês”. Precisamente porque o *capitalismo* é um sistema político-econômico organizado *exclusivamente* pelas mãos da burguesia, através da violência do Estado. O Estado, como forma material das coisas materiais, existe como tal desde a divisão da sociedade em classes; no entanto, nem sempre a *classe burguesa* foi a classe dominante e controladora do Estado. Ao longo da história da humanidade, diferentes classes sociais se apoderaram do aparato burocrático-militar para produzir a *forma material das coisas materiais* que mais satisfariam seus interesses partidários de *classe*. Esse apoderamento do aparato burocrático-militar de uma classe pela outra, só se garantiu, ao longo da história, *grosso modo*, através de revolução violenta¹⁰². E

¹⁰² Nem todas as transições de diferentes formas políticas de Estado se deram por revolução violenta. A transição do Estado Romano para o Estado Feudal, por exemplo, ocorreu pela migração em massa da população urbana em direção às áreas rurais, que, durante certo tempo, ainda não haviam se consolidado plenamente como Estados Independentes e com sua própria classe dominante. Isso

violenta na medida em que o Estado material das coisas materiais *não aceita*, de forma alguma, uma contradição *externa a si*. Um Estado cuja base é a forma da propriedade privada não pode aceitar uma propriedade diferente. Marx nos mostra isso pelos seus escritos sobre o período de transição feudo-capitalista observado na França entre 1830 a 1871. Lá, Marx pôde nos mostrar como o desenvolvimento de uma nova classe emergente (a classe burguesa) colidiu com as pretensões da antiga classe dominante (a classe aristocrática) produzindo uma série de revoluções violentas que culminaram, eventualmente, no fim do Estado de coisas materiais aristocrático-feudal para o Estado de coisas materiais burguês-capitalista. São definitivamente dois Estado *diferentes*. São *Estados*, na medida em que têm, cada qual, sua classe dominante, seus sistemas burocráticos, militares, legislativos e de violência; porém não são uma mesma *forma material de Estado*, na medida em que cada qual tem sua forma de propriedade, direito, filosofia e religião, em suma, são diferentes porque ambos têm *ideologias* diferentes.

Também descobrimos que, seguindo os escritos de Marx sobre a França, um Estado material de coisas materiais também pode ter diferentes formas *políticas* de organização. O próprio Estado político Burguês-capitalista Francês (mais ou menos consolidado) oscilou entre monarquia, república e império. Porém, foi apenas em *uma* dessas formas políticas, ou formas de Estado, em que a burguesia se manteve como classe dominante como “estabilidade”: a forma-república. Para Marx (e também para Lenin) a república é a forma política de dominação mais “completa” da burguesia, isso porque garante que o aparato burocrático-militar produza o Estado material de coisas materiais que mais se adequa à forma de propriedade e à ideologia dessa classe dominante.

O Estado burguês-capitalista, portanto, nasceu do ventre do Estado aristocrático-feudal através de uma revolução violenta que se deu no momento em que este não foi capaz de garantir as condições materiais das coisas materiais necessárias para a manutenção do poder de sua classe. Assim morreu o Estado aristocrático-feudal. Assim nasceu o Estado burguês-capitalista.

Marx, no entanto, demonstrou, através da história, que a simples existência do Estado representa a constante mudança da sociedade, na roda da história. Isso

explica porque não houve necessidade de uma revolução violenta no Estado Romano. Além disso, a letargia do Estado Romano teve papel influente sobre o processo. Não nos atentaremos mais a esse ponto.

porque o Estado material de coisas materiais é, como vimos, a manutenção e perpetuação da contradição de classes e da divisão da sociedade em classes: possuidores e não possuidores, dominadores e dominados. E, da mesma forma como as contradições sociais da sociedade feudal criaram a classe burguesa que, por sua vez, tomou as rédeas do Estado material de coisas para si, para o marxismo-leninismo, as contradições sociais da sociedade capitalista hão de organizar uma nova classe social que tem, por sua essência, assim como a classe burguesa, a iminência pela revolução. Tal classe, a classe trabalhadora ou o proletariado, assim como a burguesia um dia foi, é intrinsecamente revolucionária. Seus interesses, como excluídos, dominados, explorados, são diametralmente opostos àqueles da classe burguesa. Para atingir sua emancipação social e os objetivos intrínsecos às suas necessidades materiais coletivas, os trabalhadores *devem*, portanto se organizar em classe social e produzir uma Revolução Proletária, ou Revolução Social para a *tomada do Estado*, isto é, o Estado material de coisas materiais *burguesas*, para então transformá-lo num Estado material de coisas materiais *proletárias*.

Para Marx e Lenin, ao tomarem o aparato burocrático-militar do Estado burguês, o proletariado deve substituir a *propriedade privada dos meios de produção* por uma forma de propriedade pública, coletiva, organizada nas mãos do Estado proletário. O leitor certamente vê a contradição nessa argumentação: Ora, se o Estado material das coisas materiais é, por definição, a manutenção e a perpetuação da luta de classes com interesses diametralmente opostos, ao abolir-se a propriedade privada dos meios de produção, não abolir-se-ia a própria essência da luta de classes? Ter e não ter? Dominar e ser dominado? Ora, se não há a necessidade de um aparato burocrático-militar de opressão de classe (em não havendo mais uma sociedade dividida em de classes), porque ainda haveria a necessidade de um Estado material de coisas materiais proletárias?

As respostas dessas perguntas, para o marxismo-leninismo, giram em torno de uma experiência histórica estudada por Marx, Engels e Lenin na França: A Comuna de Paris. A Comuna de Paris foi a primeira experiência social *verdadeiramente* socialista. Isso porque, segundo Marx, os trabalhadores de Paris produziram uma *consciência de classe* durante o intenso período de revoluções que viveram entre 1830 e 1871. Nesse período, os trabalhadores de Paris (e de outras cidades da França) perceberam exata essência do Estado: a manutenção da luta de

classes e do Estado material das coisas. Ao compreender esse aspecto, a Comuna previu que seu objetivo central não era *apenas* tomar o Estado material de coisas *para si*, mas destruí-lo.

Bom, isso tudo pelo menos ao que vai de encontro à teoria marxiana. A Comuna fracassou, por inúmeros motivos citados nesse texto. A tentativa de destruir a máquina burocrático-militar do Estado burguês foi *rápida demais*. É justamente nesse ponto em que Lenin complementa Marx. Lenin alega que a destruição do Estado material de coisas materiais deve ser, *na medida do possível*, adiada até que as próprias condições materiais, ideológicas e sociais da nova sociedade emergente estejam *o mais próximo possível* do desejado para a sociedade. A burguesia não criou sua sociedade sem sacrifícios. A revolução violenta para a tomada do Estado material foi imediatamente precedida por uma forma *ditatorial* de governo: agora não mais a aristocracia feudal ditava as regras do jogo, senão a burguesia. Essa forma política de Estado é a ditadura do capital, a ditadura do capital *sobre o trabalho*. Por esse motivo, o papel central do proletariado na Revolução Social é a tomada violenta¹⁰³ do Estado burguês para a instalação de um Estado proletário através da Ditadura do Proletariado, que esteja interessado em organizar a sociedade não em classes, mas organizar o Estado Material de Coisas Materiais seguindo a *ideologia proletária, a vontade da maioria de trabalhadores em detrimento da minoria de burgueses*. Uma vez atingido esse Estado material proletário, reorganizando a sociedade com base em uma forma política¹⁰⁴ de propriedade pública ou coletiva dos meios de produção, é que começa o desmonte do Estado. Isso porque, quando essa forma “superior” estiver próxima, não será mais necessário o aparato burocrático-militar para manter o Estado material de coisas materiais como elas serão. Nesse caso, para Lenin, como a “nova sociedade” é social e materialmente mais *evoluída* do que a antiga, a necessidade de exploração do trabalho lentamente

¹⁰³ Enfatiza-se a violência. Para Marx e Lenin, “a revolução é a parteira de toda nova sociedade”. Ainda assim, no sistema político-republicano do Estado burguês, a tendência política é para a democracia, como demonstrou Lenin em *O Estado e Revolução*. Sendo assim, poderia a classe trabalhadora conquistar o poder do Estado para produzir a Revolução Social *sem violência*? Através do *voto*? Para Marx, em sua entrevista a R. Landor, isso seria possível; mas não sem consequências. Os exemplos históricos mais claros dessa situação (na América do Sul) são o Brasil em 1964, com o golpe de Estado contra João Goulart, e o Chile em 1973, com o assassinato de Salvador Allende, ambos eleitos democraticamente pelo seu povo.

¹⁰⁴ É de suma importância destacar que, assim como no capitalismo, no socialismo/comunismo diferentes formas de interação socio-cultural devem requerer diferentes formas *políticas* de aproximação do Estado material. Assim como no capitalismo a forma política *material* de dominação é a república, no socialismo/comunismo a forma política material de organização deve ser *encontrada*.

começará a *fenecer, definhar, morrer*. Esse definhamento do Estado material é o que garantirá, teoricamente, o pleno desenvolvimento da humanidade *como humanidade*, isto é, o ser humano ativamente trabalhando para a melhoria das condições materiais comuns, de sua própria espécie. Esse é, para os autores, o Comunismo perfeito: um governo de trabalhadores para trabalhadores, um governo sem a exploração individual do *ser pelo ser*; um governo em que a simples “ideia” de um Estado Material de Coisas Materiais será algo inimaginável, inconcebível, absurdo, contraditório, fantástico, ridículo, kafkiano ou qualquer outro adjetivo similar que o leitor possa pensar; assim como hoje o é o Direito Divino dos Reis.

Nesse novo governo, a sociedade humana trabalharia em prol unicamente do avanço social, da arte, da cultura, da música, das relações sociais. Nessa sociedade, não haveria mais a necessidade de *mercadorias*, de *materiais*, uma vez que as necessidades e obrigações de cada indivíduo seriam satisfeitas “de cada qual segundo a sua capacidade, a cada qual segundo a sua necessidade”. Na nova sociedade prevista pelo marxismo-leninismo conceitos como “materialismo histórico-dialético”, “Estado”, “opressão de classe” serão apenas conteúdo da análise histórica. Nessa sociedade, a palavra “Estado” será escrita com a letra minúscula, e o seu conceito será aposentado no museu de antiguidades, “ao lado da roca de fiar e do machado de bronze”.

REFERÊNCIAS

- BEARD, M. **SPQR: Uma História da Roma Antiga**. Editora Crítica. 1ª Edição. São Paulo: Planeta, 2017.
- COGGIOLA, O. Introdução. *In*: Marx, K., ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.
- ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 1ª Edição. BestBolso: Rio de Janeiro, 2014.
- ENGELS, F. Introdução. *In*: MARX, K. **A Guerra Civil na França**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- ENGELS, F. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 2ª Edição. São Paulo: Centauro, 2005.
- GANDY, D. R. **Marx e a História da Sociedade Primitiva ao Futuro Comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- GENS. *In*: **DICIONÁRIO** Latino-Português. Rio de Janeiro: C.N.M.E, 1962. Disponível em: <https://www.dicionariolatino.com/>. Acesso em: 29 set. 2022.
- HEGEL, G. W. F. **La Constitucón de Alemania**. Madri: Aguilar, 1972.
- LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LÖWY, M. Prefácio. *In*: Marx, K., ENGELS, F. **Lutas de Classes na Alemanha**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.
- LUKÁCS, G. **El Asalto a la Razón**. México: Fondo de Cultura Economica, 1959.
- MARX, K. **A Guerra Civil na França**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2011a.
- MARX, K. **As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.
- MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.
- MARX, K. **Manuscrtos Econômico-filosóficos**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

MARX, K. **O Capital**. Livro 1 – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Editora Boitempo, 2011b.

MARX, K. **O Capital**. Livro 2 – crítica da economia política: O processo de circulação do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

MARX, K. **O Capital**. Livro 3 – crítica da economia política: O processo global de produção capitalista. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2011c.

MARX, K., ENGELS, F. **A Sagrada Família**. Crítica da crítica crítica. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

MARX, K., ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MARX, K., ENGELS, F. **Lutas de Classes na Alemanha**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2010a.

MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2010b.

MORGAN, L. **Ancient Society**. Or Reasearches in the Lines of Human Progress from Savagery through Barbarism to Civilization. Marxist Internt Reference Archive, 2004. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/morgan-lewis/ancient-society/index.htm>>. Acesso em 12 dez. 2022.

MOURA, A. de. **A Ruptura de Marx com Hegel**: Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Esquerda Diário – MRT. Disponível em: <https://www.esquerda-diario.com.br/A-ruptura-de-Marx-com-Hegel-Critica-da-filosofia-do-direito-de-Hegel>, 2016. Acesso em 06 out, 2022.

MOURA, W. **Anotações sobre a Crítica de Marx à Concepção do Estado de Hegel**. Instituto Romulo Almeida de Altos Estudos: UFPB. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/34942209-Anotacoes-sobra-a-critica-de-marx-a-concepcao-do-estado-de-hegel.html>> Acesso em 06 de out., 2022.

RAGO FILHO, A. Apresentação. In: MARX, K. **A Guerra Civil na França**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

SADER, E. **Estado e Política em Marx**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

SERVICE, R. **Lenin**. A Biografia Definitiva. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2017.

ZAMOYSKI, A. **Napoleão**: O Homem por trás do Mito. 1ª Edição. Sem local: Editora Crítica, 2018.